

3.

Movimentos, organizações e redes sociais

3.1

Movimentos sociais – um breve panorama teórico

A constituição e a organização dos movimentos e das organizações de mulheres negras no Brasil se posicionam em um contexto de lutas, redes, jogos e movimentos sociais. Para melhor compreendê-los será necessário refletir acerca da teoria dos movimentos sociais.

Segundo Scherer-Warren (1983), a noção de movimento social surge em 1840 com Lorenz Von Stein quando se defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedique aos estudos dos movimentos sociais como o movimento proletário francês e o comunismo e socialismo emergentes. Essas idéias, como outras ligadas à tradição marxista, percebem os movimentos sociais como tendo o objetivo de conduzir grupos oprimidos à libertação. Essa abordagem de tendências marxistas é considerada ultrapassada por alguns autores, que trazem contribuições a partir de outros modelos interpretativos.

Nesse sentido, Gohn (2007) aponta para a impossibilidade de uma teoria ou definição unificada acerca dos movimentos sociais. Ou seja, há uma influência do momento histórico e também uma variação de correntes de pensamentos. A autora apresenta um paradigma dos novos movimentos sociais, analisando o modelo tradicional marxista (representado por movimentos sociais ocorridos na Europa a partir dos anos 60 do século XX), assim como alguns autores da teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) como Melucci, Touraine, Offe, Laclau e Mouffe, entre outros, que partem de premissas distintas do marxismo. Para a autora, os teóricos dos NMS possuem abordagens distintas e heterogêneas. Eles trabalham ou questionam bases conceituais marxistas, como cultura, ideologia, ação coletiva e lutas sociais.

Segundo a autora, alguns teóricos dos NMS romperam com essa forma de abordagem, ou seja, criaram modelos interpretativos que enfatizam a cultura, mas diferentemente do conceito marxista, que vê a cultura como ideologia. Os teóricos dos NMS não utilizam o conceito de ideologia, por exemplo, como falsa

representação do real. Sendo assim, a categoria da cultura foi apropriada, mas transformada pela teoria dos NMS. Outro exemplo de apropriação e transformação conceitual marxista é a categoria ação coletiva tratada por marxistas tradicionais no nível das estruturas da ação de classes e determinações macro da sociedade. Este conceito foi abandonado pelos teóricos dos NMS, pois acreditam que esse paradigma não dá conta de explicar ações que advêm de outras arenas: política e cultural. (Gohn. 2007: 121-122)

Por Novos Movimentos Sociais, segundo Gohn, compreendem-se os movimentos das mulheres, dos negros, ecológicos, contra a fome e outros. Estes sinalizam, em princípio, um distanciamento em relação ao caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais e operários em torno do mundo do trabalho, o que não significa que em determinados momentos históricos possam assumir uma contraposição ao sistema econômico e social vigente. Para Gohn, os NMS possuem interesses difusos, não têm uma clara base classista, e defendem uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas. (Gohn, 2007:124)

Touraine (1998) considera o movimento social como reflexo de uma coletividade que se particulariza frente à dominação social, cujas reivindicações não são mais “pares de oposição” como: *burguesia-povo*, *capitalistas-trabalhadores*. Estas foram substituídas pela imagem de um sujeito que trava uma luta dupla que abrange a economia e o cultural⁵⁶.

Uma característica básica dos Novos Movimentos Sociais, segundo Gohn (2007), seria a construção de um modelo teórico baseado na cultura. Em segundo lugar, o abandono do marxismo como campo teórico capaz de explicar a ação dos indivíduos ou a ação coletiva da sociedade contemporânea. A terceira característica dos NMS é o surgimento de um novo sujeito, coletivo como ator social, ou seja, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado. Em quarto lugar, a política ganha centralidade e sua dimensão é redefinida, abrangendo todas as práticas sociais na análise. A quinta característica diz respeito aos atores sociais, que são analisados pelos teóricos dos NMS sob duas perspectivas fundamentais: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva construída no processo.

⁵⁶ Touraine. (1998:114)

Segundo Melucci (2001), os atores constroem suas identidades coletivas em um processo de interação, negociação e de oposição de diferentes orientações. Isto é, não se trata de um processo linear. O autor ainda acrescenta que os atores só são capazes de produzir a ação coletiva porque são capazes de se autodefinirem a partir da relação com o meio ambiente. (Melucci, 2001:46).

É importante frisar que as identidades dos atores variam segundo a conjuntura, ou seja, as identidades não são fixas, sendo construídas em um processo de socialização. Gohn (2008) comenta e compartilha a idéia de Hobsbawn, de que as identidades “são múltiplas”, combinadas e “intercambiáveis”. A autora também corrobora a idéia de Fraser, de que a identidade política dos movimentos sociais não é única, o que significa que ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes (Gohn, 2008:63).

Há um processo relacional e auto-reflexivo que cria a identidade coletiva do grupo. Este processo conecta os membros de um grupo ou movimento. Sendo assim, a identidade coletiva é fundamental nas explicações dos NMS (Gohn, 2007:123).

Nos NMS a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos, eles crescem em função da defesa dessa identidade. Ela se refere à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo. (Gohn, 2007: 124)

A autora salienta, com base em Melucci, que somente a ação coletiva pode prover uma base analítica para o estudo dos movimentos sociais. E define ação coletiva como a união de vários tipos de conflitos baseados no comportamento dos atores em um sistema social (Gohn, 2007:154-155).

Os NMS envolveriam, segundo Gohn (2007), a emergência de novas dimensões da identidade, onde a relação entre o individual e o coletivo se obscurece. O indivíduo passa a ter uma dimensão enquanto ator coletivo e não como indivíduo. Os NMS exibiriam uma pluralidade de idéias e valores.

Para compreender a constituição de um ator coletivo é necessário reconhecer, segundo Melucci (2001), que sua formação resulta de processos sociais heterogêneos. Sendo assim, a ação coletiva possui significados e planos diversos, o que faz com que um movimento social possua instâncias múltiplas e frequentemente contraditórias. Além disso, há uma solidariedade compartilhada, através da qual os atores coletivos se reconhecem e são reconhecidos como parte da mesma unidade social. (Melucci, 2001: 32-35).

Gohn (2008) reflete também sobre a conjuntura do novo milênio, e aponta algumas hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos sociais na América Latina, inclusive no Brasil (2008: 59-60).

Uma das hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, neste novo milênio, é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população. (Gohn, 2008: 60)

Os movimentos sociais não podem ser pensados fora do seu contexto histórico e conjuntural. Comumente, os movimentos sociais são citados como um produto de uma conjuntura social e econômica, conforme a posição de Melucci (2001), sem levar em consideração as motivações, o sentido da ação coletiva.

Gohn (2008), na sua obra “Teoria dos Movimentos Sociais”, cita uma definição elaborada por Melucci:

Movimento social é uma construção analítica e não um objeto empírico ou um fenômeno observável. Ela designa formas de ação coletiva que invocam solidariedade, manifestam um conflito e vinculam uma ruptura (ou quebra) nos limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar. (Gohn, 2007: 155)

A partir do entendimento dos movimentos sociais como construções analíticas, as abordagens acerca dessa temática, segundo Gohn, (2008), ampliaram o “espectro dos sujeitos em cena”, focalizando outros atores sociais, como as ONGs. Além disso, as demandas levantadas por diferentes agentes reclamavam questões como raça, gênero, sexo, liberdade, direitos humanos, ecologia, etc. Integravam essas reivindicações representantes feministas, ambientalistas, de grupos étnico-raciais, enfim, todos os que se sentiam excluídos social, cultural e economicamente (Gohn, 2008: 60). O presente trabalho, como já salientado anteriormente, enfocará sujeitos sociais em movimento, isto é, que vêm reivindicando a equidade racial e de gênero. Nesse sentido, é necessário refletir nesse momento sobre o longo processo de lutas, redes, teias e movimentos da população negra brasileira, para compreendermos o processo de constituição das organizações de mulheres negras no Brasil.

3.1.2.

Associativismo e movimentos negros

Para compreender as redes, organizações e movimentos negros contemporâneos é necessário atentar para as várias formas associativas e de organizações negras constituídas ao longo dos anos, como os clubes recreativos, as irmandades religiosas, os jornais, os centros de cultura afro-brasileiros, os movimentos sociais, etc. Isto porque a maioria das nossas interlocutoras⁵⁷ relatou que teve atuação e militância ou mesmo uma passagem inicial no interior de organizações e movimentos negros.

Ao analisar, na década de 50, as associações de negros no Rio de Janeiro, Costa Pinto (1998) diferencia dois tipos de associações: as tradicionais e as que ele considera serem de um novo tipo. Essas últimas começaram a surgir no Brasil depois de 1930. A distinção entre as associações se dá no sentido cronológico, mas também são sociologicamente novas, pois as associações de novo tipo resultariam, segundo o autor,

De situações relativamente recentes na história social deste país, das quais surge, inclusive, um novo negro não-escravo, um negro não-africano, um negro não-servil, um negro não-trabalhador rural, um negro não-ignorante; ou visto ao reverso, um negro brasileiro, livre, proletário, de classe média, ou intelectual, urbano, inconformado com as pechas e os clichês que sobre ele existem (...). (Costa Pinto, 1998: 232)

Na visão do autor, as associações tradicionais corresponderiam às relações entre negros e brancos de formas recreativas ou religiosas, que assinalam a contribuição do africano. Diferentemente, as associações de novo tipo exprimiriam não a “*saga do africano na terra estranha*”, mas a história contemporânea das lutas, problemas e aspirações do brasileiro negro. As novas associações eram conformadas por uma elite negra, instruída com uma ideologia de revalorização étnica. As novas elites negras pretendiam ascender sem deixarem de ser negras, orgulhosas de sua negritude. Diferindo-se das antigas elites negras que, na medida em que ascendiam, tinham a preocupação de branquear-se. A concepção da antiga elite negra tinha como transpor individualmente a linha de

⁵⁷ Chamo de interlocutoras as lideranças entrevistadas ao longo da pesquisa. Elas são mais do que meras informantes, cujas falas e discursos têm voz. Este estudo resulta de um diálogo entre elas e a pesquisadora.

cor, diluir as marcas raciais, na busca de misturar-se com a sociedade branca e de afastar-se da sociedade negra (Costa Pinto, 1998: 239- 241)

No início do século XX, proliferavam associações recreativas e sociais afro-brasileiras e surgia uma imprensa negra bastante dinâmica. Analisando esse contexto, Elisa Larkin Nascimento (2003) revelou que, geralmente, “*a ação e o discurso dessas organizações negras e de sua imprensa*” almejavam agrupar os negros para uma participação efetiva na sociedade vigente, da qual eram excluídos, por meio da educação e do protesto⁵⁸.

3.1.3.

A imprensa negra

Os jornais criados por negros, constituindo uma imprensa negra, são considerados, por Joel Rufino, o embrião da Frente Negra, que surge no início da década de 30, em um contexto peculiar de denuncia a discriminações raciais e de ascensão burguesa (Rufino, 1999:115).

O protesto contra a discriminação racial vai se cristalizar com a Frente Negra Brasileira⁵⁹ (1931-1937), segundo Nascimento (2003).

A Frente Negra, um movimento de massas, protestava contra a discriminação racial que alijava o negro da economia industrializada e do comércio. Espalhou-se para vários cantos do território nacional. (...) A proposta da Frente Negra Brasileira, comparada com os propósitos das entidades e da imprensa negras já existentes, não era nova. Resumia-se no lema “Congregar, Educar, e Orientar”. (Nascimento, 2003: 231-232)

⁵⁸ Para aprofundar essa discussão ver: Nascimento (2003: 224-225). A autora analisa e contextualiza as associações e a imprensa negra em SP e RJ a partir dos anos de 1914 -1931. A cidade de Campinas foi palco de jornais como: O Bandeirante (1910), A união (1918), A Protectora (1919) e de um dos mais destacados jornais afro-brasileiros, O Getulino, (1919) fundado por Lino Guedes, Benedito Florêncio e outros. Outras organizações e jornais da época incluíam a Federação dos Homens de Cor e a Sociedade Beneficente Amigos da Pátria, O Alfinete (1918), A liberdade (1919), O Kosmos (1924), O Elite (1924), Auriverde (1928). Outro destaque é a fundação, em 1923, do jornal O Clarim, mais tarde O Clarim d’Alvorada, por Jayme de Aguiar e José Corrêa Leite. Para Nascimento, esse jornal foi voz do movimento negro por décadas, fazendo o seu apelo à unidade e à organização da gente negra no combate à discriminação. Posteriormente, a autora apresenta e discute as outras formas de organização até os anos de 1960.

⁵⁹ Não se pretende aqui aprofundar estudo sobre a Frente Negra Brasileira, pois sairia do foco do presente trabalho, embora reconheça sua importância. Para aprofundar o estudo sobre a Frente Negra Brasileira ver Márcio Barbosa (1998).

No entanto, Márcio Barbosa (1998) cita o depoimento de Francisco Lucrécio que distingue a Frente Negra Brasileira das outras entidades e organizações negras.

Todas as entidades cuidavam da parte recreativa e social, mas a Frente veio com um programa de luta para conquistar posições para o negro em todos os setores da vida brasileira. Um dos seus departamentos, inclusive, enveredou pela questão política, porque nós chegamos à conclusão de que, para conquistar o que desejávamos, teríamos de lutar no campo político, teríamos de ter um partido que verdadeiramente nos representasse. (Barbosa, 1998: 38)

Na concepção de Fernandes (1989), a Frente Negra não era o único movimento de protesto da década de 30. O que diferenciava a Frente Negra era a *“arregimentação, a tentativa de estruturação orgânica dos quadros com uma liderança burocrática bem definida e com uma disciplina mais ou menos delimitada”*⁶⁰.

Entretanto, Thales de Azevedo (1955) realizou um estudo sobre ascensão social de negros na Bahia, levando em consideração as associações coletivas dos negros. Segundo o autor, até a década de 30, as únicas organizações de *“gente preta”* na cidade de Salvador eram as irmandades e algumas associações operárias e beneficentes, sendo que nenhuma delas tinha como finalidade a defesa das pessoas de cor contra preconceitos raciais. Segundo o autor, os movimentos negros na Bahia teriam uma atuação de acomodação e não de hostilidade, pois procuravam aproximar brancos e negros. Além disso, evitavam a luta ou o antagonismo para com o grupo dominante e teriam como finalidade fundamental a integração da *“gente de cor”*. (Azevedo, 1955:186-191).

De acordo com a análise de Nascimento (2003), os movimentos de protesto negro foram sufocados pela ditadura de Vargas e pelo Estado Novo. Assim, a nova fase de militância e imprensa negra se dá com a abertura política que marca o fim do regime do Estado Novo em 1945. Contudo, *“a comunidade negra não desapareceu durante o regime, continuava agregada nas entidades sociais, nos clubes, nas irmandades religiosas e nas comunidades-terreiro”*. Nascimento

⁶⁰ Florestan Fernandes. (1989: 73). Para aprofundar estudo sobre a Frente Negra Brasileira, ver: Bacelar (1996); Barbosa, (1998); Nascimento (2003).

(2003) ainda acrescenta que as “*comunidades-terreiro*⁶¹” formavam um esteio de resistência afro-brasileira, mesmo sendo violentamente reprimidas pela polícia, pela sociedade e pela religião oficial (Nascimento, 2003: 245).

A partir de 1945, a sociedade brasileira começa a se preparar para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, que iria estruturar o Estado democrático no período pós-guerra. Nesse ano, foi fundada em São Paulo a Associação do Negro Brasileiro (ANB) pela antiga liderança da Frente Negra, José Correia Leite. A ANB publicava o jornal *Alvorada* e em 1945 lançou um *Manifesto em Defesa da Democracia*, que criticava profundamente o regime de Vargas.

Nascimento (2003) salienta que a ANB⁶² lutava também por medidas que protegessem os interesses das empregadas domésticas, coincidindo com a ação e os objetivos do Teatro Experimental do Negro (TEN).

3.1.4.

Outras formas associativas

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 no Rio de Janeiro é considerado a primeira entidade do movimento afro-brasileiro a ligar, na teoria e na prática, a afirmação e o resgate da cultura brasileira de origem africana com a atuação política, segundo Nascimento (2003). O TEN nasceu em um contexto marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do Regime do Estado Novo, com uma posição de afirmação da cultura negra de raiz africana. Essa era a razão de sua postura ser julgada racista pelos meios de comunicação e pela sociedade dominante. Por defenderem a especificidade da cultura e identidade negras, os ativistas do TEN eram acusados de “*racismo às avessas*”.

⁶¹ Essas comunidades-terreiro, na visão de Helena Theodoro, representam territórios “*do povo do axé*”, o axé dos orixás. Esses agrupamentos em torno do culto aos Orixás em terreiros, com o passar do tempo, se convertem em verdadeiras comunidades. Ver: Theodoro. *Mulher Negra, Cultura e Identidade*. In: Nascimento (2008)

⁶² Além da Associação do Negro Brasileiro, havia muitas outras associações afro-brasileiras entre os anos 1945 e a década de 1950. Não se pretende realizar uma listagem exaustiva, portanto, serão citadas apenas algumas dessas entidades negras. Em São Paulo havia a Frente Negra Trabalhista, o Centro da Cultura Luis Gama e a Cruzada Social e Cultural do Preto Brasileiro. Em Porto Alegre, atuavam a União dos Homens de Cor e o Centro Literário de Estudos Afro-Brasileiros, e em Minas Gerais, a Turma Auri- Verde e o Grêmio Literário Cruz e Souza. No Rio de Janeiro atuava a União dos Homens de Cor e o Centro de Cultura Afro-Brasileira, cujas lideranças incluíam os poetas Solano Trindade, Aladir Custódio e Corsino de Brito. Ver: Nascimento (2003:246-254) e Moura (1988).

Outra crítica era de que eles supostamente importavam para o Brasil um problema de outros países, como EUA e África do Sul (Nascimento, 2003).

Além do trabalho cênico, o TEN tinha iniciativas educacionais e sócio-políticas. Nesse sentido, o jornal *Quilombo* servia para divulgar suas atividades e como um instrumento de denúncia. Um dos fundadores mais destacados é Abdias do Nascimento, mas não podemos esquecer a marcante atuação das mulheres no TEN, desde a sua fundação, tais como Arinda Serafim, Marina Gonçalves, Elza de Souza e Ruth de Souza. Outras mulheres levaram o trabalho adiante como Ilena Teixeira, Mercedes Batista, Léa Garcia, Guiomar Ferreira de Mattos, Marieta Campos Damas. Segundo Nascimento (2003), duas organizações de mulheres negras formaram-se no seio do TEN em 1950: a Associação das Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras⁶³.

Embora a década de 80 do século XX represente o apogeu do movimento das mulheres negras, não devemos ignorar os antecedentes da década de 50 que constituem de certa forma um marco inicial na construção e consolidação do movimento de mulheres negras. Núbia Moreira (2006) revela que em 1950 foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro, representando então o primeiro registro de organização autônoma de mulheres negras. Este Conselho foi um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro sob direção de Maria Nascimento. Segundo Joselina da Silva (2005), Maria de Lurdes Nascimento, Nair Theodora Araújo e Antonieta de Barros foram grandes lideranças negras da época. Essas três mulheres protagonizaram a luta por reconhecimento das mulheres negras, como também faziam a denúncia das desigualdades raciais, de gênero e sociais.

Esse período, pós-Segunda Guerra Mundial, foi marcado por transformações sociais e por grupos contestadores que valorizavam a cultura afro-brasileira. Sob este aspecto, Hanchard (2001) salientou que no período pós-guerra diversas organizações e jornais negros prosperaram, tais como a Associação Cultural do Negro, fundada em 1954. Esta era responsável pela publicação de *O Mutirão*, lançado em 1958. A Associação dos Negros Brasileiros também lançou

⁶³ Nascimento (2003: 306-308).

nessa época *O Alvorada* como jornal oficial. Outros jornais como *O Novo Horizonte*, *Senzala* e *Hífen* também tinham aspirações semelhantes ao do TEN, ligadas à ascensão social, à necessidade de uma elite negra e ao anseio pela igualdade de direitos.

Na década de 1950 também surgiram clubes criados por negros como O Elite e O Aristocrata, ambos em São Paulo, e O Renascença Clube, no Rio de Janeiro. Esses clubes pretendiam acolher uma elite negra crescente. O Renascença, por exemplo, surge em 1951 e se firma como um rico espaço de sociabilidade, segundo Giacomini (2006). Tratava-se de um clube de família negra, social, recreativo, cultural e esportivo. O Renascença despontou como um espaço de afirmação da negritude, em resposta à segregação e discriminação impostas aos negros no Rio de Janeiro (Giacomini, 2006: 28-29).

Na época de sua fundação, “o *Renascença Clube*⁶⁴ contava com 29 sócios fundadores, todos negros segundo os relatos e registros”. Havia uma marcante presença feminina, tendo em vista que elas eram 18 no grupo fundador, contra 11 homens. Outro aspecto interessante é a presença de graduados médicos, advogados e professores na Diretoria do Clube, que ao longo do tempo passou por mudanças de perspectivas em relação ao projeto original:

Não seria exagero dizer que de um projeto relativamente isolacionista, passa-se, aos poucos, para um projeto integracionista, no qual a participação de igual para igual vai se afirmando. (Giacomini, 2006: 96)

A citação acima se refere ao projeto de integração do Renascença Clube com o espaço dos brancos. Segundo Giacomini (2006), no fim da década de 50, o Renascença Clube passa por algumas mudanças, uma delas foi o início da abertura para freqüentadores brancos vindos da Zona Sul da cidade, instaurando uma nova configuração social, que promovia uma confluência de negros e brancos.

A autora analisa a integração do negro através da mulher negra onde tem lugar primordial o “*corpo feminino no projeto de promoção ou dignificação dos negros*⁶⁵”. O corpo feminino está no centro dos concursos de beleza, que vai da rainha ou miss à mulata. Um dos objetivos era a valorização estética do grupo.

⁶⁴ Ver o estudo aprofundado sobre o Renascença Clube na obra de Giacomini (2006).

⁶⁵ Ver Giacomini. (2006:127).

Giacomini (2006), ao analisar os concursos de beleza do Renascença Clube, aponta algumas diferenças entre aqueles realizados na época inicial e os que foram levados a cabo em um segundo momento. A primeira perspectiva adotada pelos associados do Clube teria uma visão universalista, pois consideraria atributos de beleza abrangentes das mulheres. Dessa forma, os concursos buscavam não destacar a diferença racial, mas pontuar a igualdade das negras em relação às brancas, “*perfeitamente assimiláveis às camadas médias e altas da sociedade*”⁶⁶.

Por outro lado, no que tange o Teatro Experimental do Negro. Nascimento salienta que o TEN buscava criar espaços de conquista de auto-estima às mulheres afrodescendentes, inferiorizadas pelo padrão exclusivista e *eurocentrista* de beleza⁶⁷ (Nascimento, 2003: 297).

Na visão de Hanchard (2001), o TEN tinha preocupações estéticas e culturais, orientadas por uma identidade afro-brasileira, o que representava uma transição entre “*ideologias do embranquecimento e da negritude*”. Na visão do autor, além disso, o TEN teria criado contradições entre as elites, branca e negra, pois a maioria de suas atividades culturais envolvia mais intelectuais brancos do que os negros. Esse fato teria contribuído para um caráter menos popular e mais elitista dos eventos (Hanchard, 2001: 129-130).

Tanto o TEN quanto o Renascença Clube, na visão de Joselina da Silva (2005), seriam resultado do conflito da elite dominante diante de um grupo de negros ascendentes. A autora também faz uma crítica à citação histórica da maioria dos estudos sobre movimento negro no período da década de 50, que costuma apresentar o TEN como o único movimento social deste período. Segundo a autora, essa postura contribui para uma “invisibilidade” de outros grupos e associações da época, como a Orquestra Afro-brasileira, a Associação José do Patrocínio, o Teatro Popular Brasileiro, de Solano Trindade, entre outros (Silva, 2005: 237-238).

Dessa maneira, é possível perceber uma variedade de formas associativas da população negra, ou seja, diferenciações ideológicas, de classe, de status, de educação e tantas outras. E os clubes e as associações afro-brasileiras representaram importantes organizações da população negra por um longo

⁶⁶ Ib., Id., p. 128.

⁶⁷ Para aprofundar o estudo sobre o Teatro Experimental do Negro, ver: Nascimento (2003).

período. As associações do “brasileiro negro” exprimem, como salientou Costa Pinto, a história contemporânea das lutas, dos problemas, das aspirações, do pensar e agir de brasileiros etnicamente negros. (Costa Pinto, 1998:231)

Sendo assim, segundo Silva (2005) as principais características dos grupos e das associações do movimento negro são a pluralidade e a diversidade de ações e formas de realizá-las. Os movimentos negros não são uniformes e nem focalizados em uma liderança única e exclusiva. Essa análise comunga com as reflexões de Melucci (2001) sobre a descentralidade como uma das características dos novos movimentos sociais, discutidos anteriormente. Entretanto, deve-se estar atento ao fato de que, ainda que os movimentos negros não contem com uma única liderança, há sim, em geral, um grupo seletivo que assume esse papel, como em qualquer outro movimento social. Em outras palavras, a maioria dos movimentos sociais não tem uma única liderança, mas sim algumas pessoas que são identificadas como lideranças. Essa discussão será mais desenvolvida posteriormente.

No tocante à década de 50, há outro fator a ser destacado que é a aprovação da primeira lei contra discriminação racial, em 1951, conhecida como Lei Afonso Arinos⁶⁸. Como salientou Hanchard (2001), essa lei transformou a discriminação racial em delito passível de multa, mas não em prisão.

O contexto político pós ditadura Vargas estimulou o aparecimento de manifestações negras de diversas naturezas. Joselina da Silva revela que

O Estado brasileiro era em sua formação excludente e discriminador. Então, a União dos Homens de Cor e muitos dos grupos seus contemporâneos, mais do que tratar de inclusão e ascensão social, buscavam a participação dos negros no projeto de nação brasileira. A luta era, então, contra o Estado, na sua forma racializada. Em última análise, suas ações buscavam inseri-los no Estado-nação, a partir da participação igualitária nas instâncias de poder nacionais⁶⁹.

Deve-se destacar também que nos anos iniciais da década de 50, a Unesco⁷⁰ patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil.

⁶⁸ A Lei Afonso Arinos foi resultado de um incidente que envolveu uma bailarina negra dos EUA, Katherine Dunham, que foi impedida de se hospedar em um hotel em São Paulo. Ver Hansenbalg (1979).

⁶⁹ Ver Silva (2003: 232).

⁷⁰ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) foi fundada em 16 de novembro de 1945. Ver: Maio (1999:141).

Segundo Maio (1999), essas pesquisas tinham como objetivo apresentar ao mundo detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgadas, na época, singulares e bem-sucedidas, tanto interna quanto externamente. Esse programa de estudos, que se denominou Projeto Unesco, *“não apenas gerou um amplo e diversificado quadro das relações raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista”* (Maio, 1999: 141). Nesse sentido, a pesquisa de Luiz Costa Pinto, sobre o Negro no Rio de Janeiro, é uma referência. Portanto, suas análises serão refletidas e discutidas mais adiante nesse estudo.

Ao contextualizar os diferentes períodos dos movimentos negros, Hanchard (2001) chama atenção para o golpe militar de 1964, que provocou a suspensão da maioria das atividades dos movimentos sociais. O movimento negro não foi exceção e somente ressurgiu de maneira mais organizada na década de 70. Nesse período foram criadas organizações como a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Além disso, foram realizados eventos como o I Encontro de Entidades Negras de São Paulo e o Festival Comunitário Negro Zumbi, em 1978, no Estado de São Paulo, em comemoração à morte de Zumbi de Palmares. Nesse mesmo ano surge o Movimento Negro Unificado (MNU), que teve projeção nacional.

O MNU, fundado em julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal, no centro de São Paulo, representou uma recuperação do espaço público perdido por conta da ditadura militar brasileira. Este movimento tinha a pretensão de ser, segundo Hanchard (2001), uma entidade que abrangesse todas as organizações militantes negras do Brasil, o que não aconteceu, pois integrava muitos grupos com projetos e propostas distintos e rivais (Hanchard, 2001:149- 152).

A reflexão sobre a pretensão de unidade do MNU, esbarrando com a realidade plural e diversa de seus ativistas, traz à tona a análise de Michel Maffesoli⁷¹ (1997) sobre pluralidade e unidade. O autor salienta que quando a unidade quer atingir a perfeição, negando a diversidade e pluralidade de gostos e interesses, o conjunto social acaba se degradando, podendo cair na intolerância. A

⁷¹ Michel Maffesoli (1997).

pluralidade e a diferença são necessárias para a existência de uma sociedade sadia. Sendo assim, a proposta de unificação de um movimento ou organização encontrará sempre tensões e conflitos, pois todo movimento social é diverso e plural, tendo alguns pontos em comum.

Com a grande dificuldade de administrar a pluralidade de militância instituída no MNU, as tensões explodiram. Isso teria contribuído para o sepultamento da pretensa unidade do movimento, gerando mais uma entidade negra (Pereira, 2005:58). Houve uma multiplicação vertiginosa de entidades negras no país com o objetivo de lutarem contra o racismo.

Os anos da década de 1980 foram marcados por muita efervescência social e política. Esse período constitui a consolidação institucional de muitas entidades negras e o estabelecimento de articulações. Essas entidades, que adotaram o perfil de ONGs, tornaram-se mais visíveis para a mídia e são as que mais estabeleceram articulações com o poder público e com setores de ponta da sociedade civil (Pereira, 2005: 64-70). A década e 80 e início dos anos 90 representaram também um marco no avanço da luta das mulheres negras, pois as organizações de mulheres negras passaram a ter uma maior intervenção no cenário político nacional. O início dos anos 90, segundo Santos (2005:98), trouxe de maneira mais contundente o debate público sobre a necessidade de mudanças normativas, referentes às políticas de inclusão racial.

Além disso, essa década foi marcada pelas Conferências das Nações Unidas que conclamaram em seus documentos finais os planos de ação que os Estados deveriam adotar através de políticas específicas de combate às formas de desigualdades de gênero, raciais, etc.

Não se trata aqui de esgotar a discussão sobre as formas de organização da população negra. O objetivo foi apenas apresentar um breve panorama da imensa movimentação das iniciativas coletivas, organizadas pelos negros no Brasil, que antecederam as organizações de mulheres negras pesquisadas. Nas décadas de 80 e 90 essas organizações avançaram. Essa questão será melhor desenvolvida no próximo capítulo.

3.2.

O feminismo no Brasil: um breve histórico

A luta das mulheres no Brasil, de forma mais organizada, inicia-se entre o final do século XIX e o início dos anos 1930 (Zanetti, 2009:18). Outra autora especialista do tema, Celi Pinto identifica três vertentes dentro do movimento feminista durante esse período. A primeira corrente, considerada mais articulada e forte, atuaria no campo dos direitos políticos das mulheres, tendo como destaque o direito ao voto. A segunda vertente denominada de *feminismo difuso* expressaria várias manifestações, onde as mulheres mais intelectualizadas começaram a abordar temas múltiplos como dominação masculina, educação da mulher, sexualidade e divórcio. E, finalmente, a terceira vertente teria como foco a exploração do trabalho, articulando teses feministas às ideologias anarquistas e comunistas. (Pinto, 2003)

As décadas de 30 e 40 representaram um período de refluxo do movimento feminista em vários países, em que suas principais reivindicações haviam sido atendidas formalmente (Pinto, 2003). Não podemos esquecer a publicação do livro *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, no final da década de 40, que denuncia as raízes culturais das desigualdades sexuais.

Posteriormente, na década de 60, o livro de Beauvoir tornou-se um marco para o ressurgimento do movimento feminista, ancorado em outras reivindicações, como o direito da mulher de decidir sobre o próprio corpo, a luta por oportunidades no mercado de trabalho, etc. (Zanetti, 2009).

Em uma reflexão acerca das questões empreendidas pelo movimento feminista na década de 70, Moraes (1996) mostra a existência de duas correntes bastante diferenciadas dentro do movimento de mulheres nos anos 70. A primeira corrente seria a das *feministas socialistas e/ou marxistas*, em que a “libertação da mulher” ligava-se estreitamente à emancipação dos trabalhadores e à luta pelo socialismo. A segunda corrente, batizada de *feminismo sexista*, privilegiava a categoria sexo (ou gênero) como eixo analítico e bandeira de luta. A autora acrescenta que, grosso modo, pode-se dizer que o feminismo socialista assumiu

hegemonia na França, na Itália e no Brasil; enquanto a corrente sexista assumiu a vanguarda nos EUA.

Refletindo sobre a corrente que fez escola na sociedade brasileira, Luiza Bairros (1995) se dedica à investigação dos conceitos fundamentais que estruturam o pensamento feminista radical, liberal, socialista. E salienta que há pelo menos duas teorias feministas que procuraram superar as limitações desses conceitos sem abandoná-los totalmente. Uma é o “*feminismo socialista*”, que parte do referencial teórico marxista para analisar a base material da dominação masculina. Para essa teoria, a experiência é o principal elemento para definir a opressão sexista. A outra teoria, mais recente, é denominada de “*ponto de vista feminista (feminist standpoint)*”. Segundo essa teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que a mulher ocupa, em uma matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos.

Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. (Bairros 1995: 461).

De acordo com o ponto de vista feminista não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinada. Assim, raça, gênero, classe social e orientação sexual formam um mosaico, que só pode ser compreendido em sua “multidimensionalidade”. Nessa perspectiva, tornam-se supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: lutar contra sexismo ou contra o racismo? Na realidade, as duas dimensões não podem ser separadas, elas se entrelaçam. Segundo Luiza Bairros, o feminismo negro é uma das principais expressões da teoria do ponto de vista (*standpoint theory*).

As idéias feministas emergem no Brasil a partir do séc. XX, em um contexto em que a sociedade brasileira passava por um processo de estruturação para realizar o processo técnico-industrial. Goldberg (1989) revela a existência de dois momentos do feminismo no Brasil: a primeira perspectiva é definida como “*da emancipação Feminina a um Movimento Feminista*” (1963-1978); a segunda perspectiva definida como “*das mulheres em movimento ao Feminismo de Estado*” (1979-1988).

Na década de 60, o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatários, rompendo com os limites do conceito de político.

No campo da política que é entendida aqui como o uso limitado do poder social. Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político⁷².

O feminismo na década de 70 foi definido pela “questão da autonomia” em termos ideológicos e organizativos, para articulação, reflexão, troca e definição de estratégias. Segundo Pinto (2003), surgem vários grupos de mulheres pelo país e o princípio da autonomia foi um dos pontos de maior controvérsia com grupos políticos e organizações de esquerda. O ano de 1975 é marcado por eventos emblemáticos como o Ano Internacional da Mulher, decretado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira e a organização do Movimento Feminino pela Anistia (fundado por Terezinha Zerbini). Isso possibilitou a volta de várias mulheres exiladas na Europa, EUA, trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher (Pinto, 2003:239).

Outra questão a ser destacada é o fato de que nesse período o feminismo foi marcado pelo debate sobre igualdade e diferença. Nesse sentido, é possível perceber uma divisão de perspectiva no interior do feminismo. De um lado, as feministas da igualdade utilizam a estratégia de desmascarar o patriarcado como sistema dominante, apontando como a construção social, cultural e econômica das diferenças sexuais são assumidas como diferenças biológicas e naturais. Esse grupo é criticado por submeter às normas e regras do paradigma masculino, pois ao assumir a igualdade como um princípio, tais feministas estariam negando a diferença sexual feminina, contribuindo para a visão de um sujeito universal masculino. Assim, em vez de abolir o sexismo, as feministas da igualdade estariam reproduzindo-o. Por outro lado, as feministas da diferença teriam como estratégia a afirmação da feminilidade. Esse grupo, ao defender a diferença, seria

⁷² Costa (2005: 2).

acusado de promover um retorno a um essencialismo biológico e à idealização da feminilidade (Zanetti, 2009: 20).

3.2.1

Redemocratização e novas demandas

Já na década de 80, o movimento feminista brasileiro começa a incorporar novas demandas das mulheres nas estruturas partidárias, enfrentando a redemocratização. Os partidos políticos criam departamentos e comitês femininos nas suas estruturas. Em 1983 é criado o primeiro mecanismo de Estado no Brasil, o Conselho Estadual da Condição Feminina, voltado para a implementação de políticas para mulheres (Costa, 2005: 4). Além disso, nesse contexto surgem os núcleos de pesquisa em estudos sobre a mulher. Em 1985 são criadas as primeiras delegacias especializadas que, embora não tenham resolvido o problema da violência contra mulher, elas são consideradas um avanço na medida em que a mulher passa a ser reconhecida como vítima de violência (Pinto, 2003:240).

A década de 90 é marcada por uma situação de fragilidade dos órgãos de governo para as mulheres. Os conselhos femininos trabalhavam em condições precárias, isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental. É nesse contexto que algumas feministas, muitas delas funcionárias desses organismos de governo na década de 80, criam as chamadas ONGs feministas. Estas passam pressionar o Estado, de forma especializada e profissional, buscando influenciar as políticas públicas voltadas para as mulheres.

Os anos 90 também são marcados pela diversidade que o feminismo brasileiro assume. Várias organizações populares começam a se autoidentificar com o feminismo, como mulheres pobres atuantes em associações de moradores, trabalhadoras rurais e sindicalistas. As organizações femininas de mulheres negras crescem cada vez mais e ampliam a agenda política feminista. Essa diversidade esteve presente na preparação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no ano de 1995, em Beijing/China (Costa, 2005: 5-6).

A herança do processo de Beijing foi fundamental nos anos seguintes para a manutenção e ampliação do movimento, no Brasil e nos outros países latino-americanos, onde todas as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas públicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção a mulher e a avaliação e monitoramento da implementação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto, com constante interlocução e articulação com o Estado⁷³.

O movimento feminista brasileiro não acontece alheio ao contexto internacional. Além desse avanço, em termos de mobilização e organização, o processo de Beijing⁷⁴ representou para o feminismo brasileiro uma maior articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta. Inicia-se uma dinâmica transnacional, com novas demandas, tensões e desafios, através de redes formais e informais, especialmente através dos encontros feministas latino-americanos e do Caribe, realizados desde 1981.

Segundo Costa (2005), o movimento feminista brasileiro extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito. O feminismo enfrentou o autoritarismo da ditadura militar e o autoritarismo patriarcal presente na família, na escola, nos espaços do trabalho e no Estado. Estabeleceu interação com os partidos políticos, com sindicatos e também com o Estado – através de conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios –, bem como com outros movimentos sociais, sem perder a autonomia ideológica e organizativa. Para a autora, mesmo criando novos espaços de interlocução, o movimento feminista terá que lidar com novas demandas, enfrentamentos e resistências culturais e políticas (Costa, 2005: 7-8).

Ao movimento feminista caberia enfrentar a resistência de um aparelho patriarcal como o Estado, como também pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho para a definição de metas e políticas sociais que garantissem equidade de gênero. Porém, Lélia Gonzalez, ativista e intelectual brasileira, critica, na década de 80, a postura das intelectuais e ativistas feministas que tenderiam a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a natureza peculiar da experiência

⁷³ Ib., Id., p. 6.

⁷⁴ A esse respeito ver Costa (2005); Ribeiro (1995).

do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados⁷⁵.

Nesse sentido, a colombiana Mara Viveros Vigoya⁷⁶ aponta para o impacto que a percepção da intersecção entre raça, etnicidade, gênero e sexualidade tem causado na contemporaneidade, especialmente nos países latino-americanos. A autora chama a atenção para os aportes do chamado *Black Feminism* e das teorias da “interseccionalidade”, que representam a forma como as mulheres negras estadunidenses experimentaram e expuseram o sentimento de estranhamento frente ao feminismo conservador liberal, que não era sensível às especificidades de sua opressão de gênero. As feministas negras e lésbicas dos EUA propõem uma análise baseada no princípio de que os sistemas de opressão racial, sexual e heterossexual e de classe estão inter-relacionados. A concepção da interseccionalidade⁷⁷ desafia a idéia de mulher universal do feminismo tradicional, como também propõe uma compreensão das relações de subordinação que as mulheres enfrentam. Como salientou Vigoya, esta concepção não é somente a dominação de gênero e de classe, mas também do racismo e do heterossexismo.

A teórica indiana Chandra Mohanty⁷⁸ também se opõe à categoria mulher homogênea. A autora afirma que o discurso “feminista ocidental” sobre as mulheres do Terceiro Mundo, na sua concepção, é extremamente homogeneizado. De um lado, esse discurso assume privilégios e universalismo etnocêntricos; por outro lado, possui uma compreensão deficiente sobre o impacto da teorização ocidental sobre o Terceiro Mundo, no contexto de um sistema global dominado pelo Ocidente. Sendo assim, haveria um silêncio sobre as experiências das mulheres do Terceiro Mundo, sobre as interrelações entre economias do Primeiro e do Terceiro Mundo e seu impacto nas vidas das mulheres em todos os países. O

⁷⁵ Lélia Gonzalez. *Mulher Negra*. In: Nascimento. (2008:36).

⁷⁶ Mara Viveros Vigoya. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. In. www.wiki.dcc.ufba.br/pub/Main/LivioSansone/Texto_de_Mara_viveros.doc (consultado no dia 15/04/2010. p. 12).

⁷⁷ Para aprofundar sobre o tema, veja CRENSHAW, Kimberlé. (1991: 1241-1299).

⁷⁸ Chandra Talpade Mohanty. *Bajo La mirada occidental: La investigación feminista y los discursos coloniales*. Tradução de Pilar Cuder Dominguez. U. de Huelva. Original em língua inglesa publicado originalmente in: Chandra Mohanty, Ann Russo and Lourdes Torres, edd. *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana UP (1991:1-3).

discurso feminista ocidental, na visão de Mohanty, peca por utilizar suas próprias autoras como parâmetro a partir do qual se codifica e se representa as outras culturas. Esse processo constitui um exercício discursivo de poder.

La homogeneidad de las mujeres como grupo no se da como resultado de una esencialización biológica, sino que deriva de universales sociológicos y antropológicos secundarios. Así, por ejemplo, en cualquier texto de análisis feminista se habla de las mujeres en singular, sobre la base de una opresión compartida. Lo que une a las mujeres es el concepto sociológico de una opresión que es “idéntica” en todos los casos, por lo que se produce una elección entre “las mujeres” como grupo construido discursivamente y “las mujeres” como sujetos materiales de su propia historia. Así, la homogeneidad consensuada discursivamente de “las mujeres” como grupo se toma equivocadamente por la realidad material, específica históricamente, de grupos de mujeres⁷⁹.

A autora critica a categoria *Mulher do Terceiro Mundo* como sujeito singular e monolítico, como também a categoria *Ocidente*, singular e monolítica. Isso faz com que o Ocidente construa barreiras entre ele e os “outros”. O feminismo ocidental, na visão de Mohanty, parte do pressuposto conceitual de que o conjunto de mulheres é um grupo com interesses e condições comuns; como também parte da noção do patriarcado universal para todas as culturas. Os pressupostos ocidentais retratam a mulher do Terceiro Mundo como tradicional, isenta de poder, doméstica, vitimizada, sem educação, pobre, etc., nunca como sujeito. E a mulher do ocidente é retratada como educada, moderna, que controla seu próprio corpo e sua sexualidade.

Dessa maneira, Mohanty (1991) salienta que o feminismo ocidental carece de uma perspectiva crítica em relação aos pressupostos universais, aparentemente válidos para todas as culturas. A autora propõe uma análise da colonização de forma discursiva das heterogeneidades materiais e históricas das vidas das mulheres do Terceiro Mundo; uma desconstrução dos feminismos hegemônicos do Ocidente. As estratégias feministas deveriam ser construídas baseadas em uma aliança entre as mulheres que possuem condições e interesses distintos, mas com pontos em comum. Ou seja, para a autora, a aliança feminista deve ser construída com base nas diferenças, na diversidade, e não na igualdade (Mohanty, 1991).

⁷⁹ Ib., Id., p. 4

Os estudos sobre movimentos sociais latino-americanos debatem o entrelaçamento entre o cultural e o político. As identidades e estratégias coletivas dos novos movimentos sociais, inclusive o feminista, estão vinculadas à cultura. Alvarez (2000) utiliza a expressão “*política cultural*” com o intuito de atentar para o laço constitutivo entre cultura e política, e para a redefinição de política.

Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressem, produzem e comuniquem significados. Com a expressão “política cultural” nos referimos então ao processo pelo qual o cultural se torna fato político⁸⁰.

As redes dos movimentos latino-americanos se tornam cada vez mais regionais e transnacionais. Alvarez (2000) salienta que o termo “*teia de movimento social*” transmite o aspecto intrincado dos múltiplos laços e imbricações estabelecidos entre movimentos sociais, participantes individuais e ocasionais, ONGs e outros atores da sociedade civil, como universidades, partidos políticos, o Estado e outras instituições culturais (Alvarez, 2000:37). A autora acrescenta que, paralelamente, a política cultural envolve o dilema da igualdade e da diferença.

Cabe nesse momento, então, introduzir a discussão sobre a concepção multiculturalista, que envolve tanto a igualdade quanto a diferença. Segundo Canclini (2005), a luta pela afirmação das diferenças étnicas, raciais, de gênero, entre outras, valorizaria mais suas identidades desrespeitadas e seus produtos culturais menosprezados do que as injustiças e a exploração econômica que essas coletividades sofrem o que reduziria o conflito político. Em outras palavras, as políticas diferencialistas e de representação seriam mais inconvenientes do que vantajosas. Para o autor, a grande questão hoje é que a globalização tecnológica passou a interconectar simultaneamente quase todo o planeta e a criar novas diferenças e desigualdades. Então, como reconhecer as diferenças, corrigir as desigualdades e conectar as minorias às redes globalizadas?

⁸⁰ Alvarez (2000:17).

Sob concepções multiculturais, admite-se a diversidade de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações de trocas. (Canclini 2005:17).

Na visão do autor, a “multiculturalidade”, então, supõe aceitação do heterogêneo, da diferença, segregando-a. Diferentemente, a “interculturalidade” significa dizer que os diferentes são o que são, em relações de trocas recíprocas, de conflito, negociação. Alguns críticos do multiculturalismo, como Nancy Fraser (2001) e Néstor Canclini (2005), comungam da idéia que o multiculturalismo segrega, essencializa as identidades das “coletividades menosprezadas”. As “coletividades essencializadas”, como a feminista e a racial, tendem a suprimir a questão da alteridade.

No tocante à constituição das identidades, é importante compreender que a construção e desconstrução das identidades implicam em um ir e vir, seja na luta contra o racismo, sexismo e heterossexismo, segundo os contextos, hegemonias e conjunturas políticas. Assim, o campo político seria como uma camisa de força que permitiria conservar tanto elementos de afirmação quanto elementos de negação que, dependendo da situação, faz com que um lado torne-se mais forte enfraquecendo o outro, e vice-versa. Em alguns momentos são acionados elementos que afirmam a diferença e em outros são acionados elementos que negam essa diferença. Isto é, em certas ocasiões é necessário que as identidades sejam reafirmadas e em outras negadas ou desessencializadas (Curiel, 2002).

Para tornar possível a transformação social deve-se ter uma proposta política articuladora que conceba sistemas de dominação articulados. A luta política então deve priorizar alianças com coletividades que são atingidas pelos sistemas de dominação e, ao mesmo tempo, sustentar uma nova política cultural, feminista e/ou racial, que não atomize as especificidades de cada grupo social. Esse pode ser o caminho, segundo Curiel (2002), para superar o dilema da igualdade e da diferença. A autora ainda acrescenta que o feminismo, ao assumir uma identidade homogênea, limita as possibilidades de abordar o racismo, a lesbofobia e o classismo como sistemas de opressão e exclusão que atingem muitas mulheres e se manifestam, inclusive, dentro do movimento feminista.

O movimento feminista, como qualquer outra organização, e a própria sociedade civil não são uma massa homogênea, mas sim um mosaico de diversidade, um campo de luta, em que os novos sujeitos políticos vêm lidando com problemas constantes de racismo, hetero/sexismo, destruição ambiental e outras formas de exclusão.

Para compreender o novo momento do movimento feminista é importante atentar para duas questões apontadas por Pinto (2003): a dissociação entre o pensamento do movimento feminista e a profissionalização do movimento por meio do surgimento de Organizações Não Governamentais. Nesse sentido, as ONGs representariam a expressão pública do feminismo nas décadas 90 e 2000 e o sujeito político efetivo fragmentado, que em muitas situações atuam como mediadores entre o Estado e os movimentos sociais.

3.3

A formação das Ongs no Brasil: algumas considerações

Segundo Ramos (2008), os movimentos sociais, de mulheres, homossexual, negro e ambientalista – suas organizações e redes – são casos bem-sucedidos da presença da sociedade civil brasileira exercendo nova interação social com o Estado, principalmente a partir dos anos 80 e 90. Haveria então uma revitalização da sociedade civil, incorporando novos espaços públicos. Moreira (2007) cita a definição de Fraser sobre esses novos espaços como “contrapúblicos subalternos”, assinalando que eles são “*arenas discursivas paralelas onde membros dos grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, de modo a formular interpretações oposicionais de suas identidades, seus interesses e necessidades*”⁸¹. Assim, os movimentos sociais deram novo significado às relações entre cultura e política em suas lutas pela democratização no Brasil.

Nos anos 80, a sociedade brasileira assiste ao ressurgimento dos movimentos sociais, após um período de 20 anos de ditadura militar, apresentando

⁸¹ Ver Moreira. (2007:40).

fissuras importantes com o legado político de uma sociedade autoritária e excludente. O cenário político da década de 80 representou a abertura da arena pública em que novos agentes coletivos vão ter voz e mobilizarão em torno de si uma trama associativa ampla, multifacetada, descentrada, articulando associação de base, grupos de assessoria, ONGs, igrejas, profissionais liberais, sindicato e universidades. (Moreira, 2007: 41-42)

As organizações de mulheres negras estudadas no presente trabalho, Geledés e Criola, são exemplos desses novos agentes coletivos. Elas realizaram um processo de institucionalização, de profissionalização da militância, de presença em espaços governamentais e de articulação em fóruns nacionais e internacionais. Além disso, essas organizações firmaram a participação de representantes feministas nos conselhos de saúde e em outras instâncias mediadoras de políticas públicas de saúde.

Houve um processo de crescente profissionalização e especialização dos setores dos movimentos feministas denominado “*Onquização*”⁸², como também uma crescente articulação de redes entre militantes individuais, grupos, ONGs e movimentos, como bem destaca Sônia Alvarez (2000). A autora, ao analisar os feminismos da América Latina, salienta que as tendências citadas acima, juntamente com o processo de “*transnacionalização*” da sociedade civil global, dos discursos e práticas dos movimentos, assinalam um descentramento do feminismo latino-americano.

O descentramento das práticas feministas contribui para uma redefinição e expansão da agenda feminista de transformação social. Muitas militantes passaram a afirmar que as lutas feministas não deveriam mais ficar confinadas a um conjunto de questões específicas ou de interesse principal ou exclusivo das mulheres – tais como violência sexual e aborto – mas deveriam procurar, como proclamava um dos slogans do movimento brasileiro durante os preparativos para Beijing, “ver o mundo através dos olhos das mulheres”, ver a “luta geral” através das lentes do gênero. (Alvarez, 2000: 392)

Nessa perspectiva, não existiriam temas que seriam exclusivamente das mulheres, nem temas que estas não pudessem opinar e decidir. Ou seja, as preocupações globais com direitos humanos, erradicação da pobreza,

⁸² Conceito discutido por Sonia Alvarez. (2000:384-385).

desenvolvimento sustentável, democracia e outros também dizem respeito às mulheres.

O feminismo latino-americano pluralizou-se em um campo de ação expansivo, heterogêneo, que abarca uma variedade de arenas culturais, sociais e políticas. Por outro lado, esses desdobramentos recentes da política de gênero desencadearam contradições, gerando novos conflitos e exacerbando os antigos. Sendo assim, o campo amplo do feminismo latino-americano estaria, segundo Alvarez (2000), cada vez mais minado por relações desiguais de poder entre as mulheres.

O feminismo latino-americano dos anos 70 até metade da década de 80 é denominado de “segunda onda do feminismo”. As feministas, nesse período, configuraram uma identidade distinta a anterior. O feminismo nasceu com uma perspectiva de crítica à esquerda, questionando formas caducas de fazer política, denunciando a violência doméstica e sexual; reivindicando direitos reprodutivos e creches. A segunda onda feminista, além de centrar sua atenção política nessas questões, travou também uma “*luta específica*” pelos direitos humanos e a dignidade humana. As feministas declararam a necessidade de inventar “*novas formas de fazer política*”, centrada na vida cotidiana, recusando privilegiar uma luta em detrimento de outra, ou seja, privilegiar o político em detrimento do cultural (Alvarez, 2000: 386-387).

Nesse sentido, Moreira (2007) acrescenta que os movimentos sociais na América Latina na década de 80 programaram uma idéia de fazer política articulada com a cultura. Essa prática é definida como “cultura política”, sendo a cultura entendida como uma concepção de mundo, um conjunto de significados que integram práticas sociais e que não pode ser entendida sem levar em consideração as relações de poder embutidas nessas práticas. (Moreira, 2007: 38).

Além disso, nos primeiros anos da segunda onda do feminismo latino-americano suas práticas configuraram-se em uma hierarquia organizacional herdada da esquerda, com a organização de congressos de mulheres e coordenações centralizadas em um sistema de representação. Nos anos 80, as feministas adotam formas de organização mais fluidas, menos hierarquizadas.

Evitavam-se cada vez mais os esquemas de representação e enfatizavam-se o “falar por si mesma” de cada mulher, em vez de em nome de seu grupo feminista, partido ou organização de classe. (Alvarez, 2000: 388)

No Brasil, o feminismo definia-se em relação e/ou contraste com a esquerda, com mulheres não-feministas, com as centenas de grupos de mulheres de base, muitas vezes vinculadas à igreja católica, e com a imagem distorcida pelos meios de comunicação dos movimentos feministas de ódio ao homem. A identidade feminista, política e organizacional autônoma passou a ser articulada dentro dessa distinção.

Ser uma feminista passou então a significar ter uma política centrada num conjunto de questões específicas das mulheres, aderir a determinadas normas de organização (tais como participação direta, informalidade de procedimentos e ausência de funções especializadas) e agir em certos espaços públicos (por exemplo, em organizações feministas autônomas) para aprofundar a análise da opressão e de gênero e, no movimento de mulheres mais amplo, promover a consciência dessa opressão. (Alvarez, 2000: 389)

Além disso, o feminismo latino-americano passa por um processo de multiplicação dos espaços e lugares e o processo de Beijing⁸³ latino-americano, na década de 90, indicou isso. Alvarez (2000) revela que as mais de mil participantes do Fórum de ONGs de Mar del Plata encarnavam a heterogeneidade crescente das práticas feministas com múltiplos espaços de atuação. Entre elas, estavam militantes partidárias de várias tendências, feminista liberal, feministas negras do Peru, Bolívia, Colômbia, Brasil, Nicarágua, República Dominicana e Uruguai; antigas militantes clandestinas das décadas de 1960 e 1970 fundadoras dos coletivos feministas nos anos 80 e que agora eram profissionais em ONGs nacionais e internacionais de mulheres, direitos humanos; fundadoras da segunda onda do feminismo latino-americano que estavam trabalhando para o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) e outras agências da ONU; líderes de movimentos populares e funcionárias de órgãos governamentais.

Com a expansão do feminismo negro, lésbico, cristão, popular, etc, a segunda metade dos anos 80 e a década de 90 formaram um cenário de proliferação de novas protagonistas, cujas trajetórias político-pessoais eram bastante distintas daquelas primeiras feministas chamadas de históricas por

⁸³ A IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, em 1995, teve ampla participação das mulheres negras. Para aprofundar o estudo, ver: Ribeiro (1995).

Alvarez (2000). Os discursos enfatizados eram de caráter múltiplo, onde raça/etnia, classe, sexualidade, idade constituíam as identidades de gênero. (Alvarez, 2000: 393-394).

A agenda feminista, segundo Alvarez (2000), promoveu a especialização e profissionalização de um número crescente de ONGs dedicadas a intervir nos processos das políticas nacionais e internacionais. Por outro lado, a proliferação da legislação voltada para as mulheres e outras formas de institucionalização da agenda feminista, durante a década de 80, gerou uma demanda crescente por instituições não-governamentais. Nos anos 90 as ONGs feministas passaram a desempenhar um papel de articulação no campo do movimento feminista latino-americano em expansão. Da mesma forma, passaram a produzir informações especializadas sobre a situação das mulheres que pudessem alimentar o processo de políticas públicas. Essa conjuntura impulsionou o processo de “ONGuização” dos coletivos. (Alvarez, 2000: 401-402)

Landim (1998), em seu estudo sobre as ONGs, salienta que este não é um conceito socialmente elaborado, nem consta definição em dicionário. No entanto, o significado da expressão ONG deve ser pensado enquanto categoria socialmente construída, que deve levar em conta o contexto, os sujeitos sociais e suas relações. Segundo a autora, no contexto brasileiro, particularmente, a expressão ou sigla vem sendo usada para designar um conjunto de organizações da sociedade civil com características peculiares. As definições e conotações de ONGs podem variar com o tempo e o contexto. O nome tem sido predominantemente usado para designar um conjunto determinado de organizações cuja pré-história remonta aos anos 70, mas foi se compondo e se construiu no decorrer dos anos 80 (Landim, 1998: 24-25).

A autora cita uma definição de Francisco Oliveira:

As ONGs surgem como um dado novo da nova complexidade da sociedade (...). São um lugar de onde fala a nova experiência, de onde não podia falar o Estado, de onde não podia falar a Academia, de onde só podia falar (...) uma experiência militante. (Landim, 1998: 26)

Para Landim, as ONGs não são filantrópicas por romperem com a noção de caridade, mas estão a serviço do movimento popular. Por outro lado, não são

acadêmicas, mas as pesquisas e as atividades de formação são seus instrumentos essenciais de intervenção.

Segundo Ramos (2008), algumas ONGs possuem uma tendência à criação de articulação e redes, formato que teoricamente possibilita a “autonomia”, e ao mesmo tempo potencializa a força de atores locais, por exemplo: a Articulação das Mulheres Brasileiras, a Articulação de Mulheres Negras, a Rede Brasileira de Direitos Reprodutivos, etc. Isso acontece pelo fato de essas organizações não serem representativas ou não disputarem legitimidade exclusiva. (Ramos, 2008: 63-64).

Por outro lado, é importante atentar sobre a lógica interna da disputa de poder na condução da agenda pública do movimento e sobre a dinâmica das negociações acerca da legitimidade da representação coletiva.

Santos (2005) cita um trecho da entrevista de Edna Roland, que aponta o quanto as divergências políticas ideológicas podem chegar à dimensão pessoal. Roland menciona a exclusão política que sua organização, a Fala Preta!, foi vítima no processo de constituição do Comitê Impulsor⁸⁴.

(...) Há processos de exclusão política mesmo. Não havia nenhuma razão pela qual a Fala Preta! não fizesse parte do Comitê Impulsor, porque se eles estavam buscando grupos que tinham experiência em processos semelhantes, buscando organizações com capacidade e velocidade de mobilização – a Fala Preta! é uma ONG. Em grande medida o Comitê Impulsor é composto por ONGs, mas não só por ONGs, o formato era aproximadamente de ONGs, porém não só. E aí a razão, é a origem do Fala Preta!. O fato de ter surgido de uma ruptura do Geledés, esse é o fato dela ter sido excluída, não tem outra explicação. Não chega nem a ser político o problema⁸⁵.

No discurso acima é possível perceber a existência de um bloco hegemônico que possui o poder de decidir quem poderá fazer parte ou não de determinado órgão político. É importante atentar até que ponto as divergências de ordem pessoal mudaram os rumos, as metas previstas em termos de ganhos coletivos.

⁸⁴ O Comitê Impulsor foi o nome adotado por um conjunto de entidades negras, organizações da sociedade civil e alguns parlamentares, com a finalidade de dinamizar e possibilitar a organização dos movimentos negros numa plena participação no processo preparatório para a III Conferência Mundial contra o Racismo. O Comitê Impulsor tem forte presença de ONGs negras, como: Irohín de Brasília; Geledés de São Paulo, CEERT de São Paulo, Ialode de Salvador, entre outras. A força política desse Comitê reside nas ONGs. Ver: Santos (2005: 96-97).

⁸⁵ Trecho da entrevista de Edna Roland, fundadora e presidenta da Fala Preta! Organização de Mulheres Negras (SP), ex-integrante do Geledés, concedida a Márcio André dos Santos (2005: 140).

As ONGs, cada vez mais profissionalizadas, conferem um acesso maior ao poder, forjam novas hierarquias e relações, dentro de um campo complexo de legitimidade, interlocução e representação que são continuamente renegociados e contestados (Alvarez, 2000:416).

Essa dinâmica de negociação, legitimidade e representação pública envolve também disputas internas na condução da agenda pública do movimento ou organização, na medida em que a representação coletiva é vista por muitos militantes como importante na distribuição e uso do capital político pelo conjunto de organizações. Essa dinâmica pode ser ilustrada pela fala de Ivanir dos Santos:

(...) Têm seguimentos que nos representam, uma ONG ou outra; fala para a sociedade porque tem mais preponderância naquele momento em seu trabalho, como o Geledés, o Ceap, a Criola, mas isso ainda é muito frágil em vista do que seria o coletivo da diversidade que há no Brasil e do que seria o movimento (negro) no Brasil⁸⁶.

A questão da representação política das feministas negras tem sido assumida pela Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), cujo surgimento se deu no contexto da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada na África do Sul, em 2001.

A primeira atividade realizada pela AMNB foi um Seminário Nacional coordenado pelas ONGs Geledés/SP, Criola/RJ e Maria Mulher/RS, reunindo no Rio de Janeiro 25 mulheres pertencentes a ONGs de mulheres negras de várias regiões do país, com algumas especialistas em Conferências da ONU. A missão da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras é promover a ação política articulada de organizações negras, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia, e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime. Ampliando e consolidando essa intervenção no cenário nacional e internacional, a partir da construção de uma plataforma de ação em defesa das mulheres negras na sociedade brasileira⁸⁷.

Segundo Ramos (2007), a literatura inaugural sobre ONGs, buscando delimitar sua natureza, distingue suas características das outras formas

⁸⁶ Entrevista do militante do CEAP Ivanir dos Santos, concedida a Márcio André dos Santos (2005:129).

⁸⁷ Revista da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras. Rio de Janeiro, maio de 2003, nº 1, p.2-19.

associativas tradicionais, como sindicatos, associações de bairro, grupos de base religiosa ou política e grupos intelectuais (Ramos, 2007: 62).

Segundo Landim (1998), embora as ONGs se oponham às universidades, igrejas e aos partidos, elas frequentemente dialogam com esses setores. Outro aspecto ligado à origem das ONGs e associado ao seu desenvolvimento no Brasil e na América Latina seria o diálogo com entidades e organismos internacionais, como a ONU, tendo esse processo sido estimulado pelo Ciclo de Conferências Sociais da ONU, nos anos 90⁸⁸, e pelas fundações e agências privadas de cooperação internacional (Ramos 2007: 64).

Landim (1998) ainda acrescenta que a categoria ONG foi progressivamente frequentando os espaços da mídia no decorrer da década de 90, especialmente, no período da ECO 92. Estas organizações são mencionadas em análises sobre movimentos sociais contemporâneos e podem ser encontradas pontuando textos referidos aos movimentos sociais ditos fragmentados, ligadas à construção de identidades e sujeitos, ou de grupos de defesa de direitos específicos ou difusos: ambientalismo, mulheres, negros, portadores de HIV, povos indígenas, crianças e adolescentes. (Landim, 1998: 26)

As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade, a partir, sobretudo de meados dos anos 70 – tendência que caminha em progressão pelas décadas de 80 e 90. (Landim, 1998: 30)

Do ponto de vista do projeto de reforma do Estado, segundo Ramos (2007), as ONGs são vistas como descentralizadas, menos burocráticas, mais flexíveis e ágeis quando comparadas aos órgãos estatais, e tendem a permanecer mais próximas da população que atendem.

Em geral, [as ONGs] apresentam eficácia maior na produção de bens públicos do que os órgãos públicos estatais, sendo um dos motivos principais o foco em suas missões. Assim, o Estado passa a financiar ações (principalmente em saúde e educação) executadas por entidades públicas não-estatais por considerá-las mais eficientes que o Estado e mais econômicas que o setor privado. (Ramos, 2007: 60)

⁸⁸ As mais importantes foram: a Conferência do Meio Ambiente no RJ em 1992; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo, em 1994; a Conferência Internacional em Pequim, 1995; a Conferência sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, 1995, a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância em Durban, África do Sul, 2001. Ver: Landim (1998).

A parceria entre o Estado e o setor não-governamental gera problemas variados: de autonomia, cooptação e clientelismo político. Isto porque a posição de prestador de serviço de algumas organizações não-governamentais fragiliza o processo de pressão política para elaboração de políticas públicas. As ONGs podem ser responsáveis pela execução de tarefas, mas sem o poder sobre sua formulação. (Ramos, 2007: 61)

É importante refletir acerca da conjuntura brasileira ao longo dessas três décadas. Segundo Gohn (2008), as mulheres emergiram na cena pública após 1975, como mães que lutavam por filhos desaparecidos na ditadura militar, como mães que lutavam por creches nas periferias, como trabalhadoras que tinham salários diferenciados, etc. As mulheres ocuparam diferentes papéis sociais, formando grupos e correntes feministas no Brasil. Nos anos 80, as feministas adotaram práticas mais fluidas. Paralelamente, as mulheres começaram a ganhar espaço nas políticas públicas, com o surgimento dos primeiros Conselhos da Condição Feminina, dos SOS Mulher e das Delegacias da Mulher. Além disso, os estudos e pesquisas das feministas integraram-se à academia e aos centros de pesquisa, como a Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. Nesse momento, a Fundação Ford teve papel importante ao impulsionar pesquisas sobre as mulheres no Brasil. Na década de 80, os movimentos sociais e ONGs emergiram e se consolidaram ao mesmo tempo em que a mulher assumiu-se como militante de movimentos, partidos e sindicatos. Nesse mesmo momento, questões como sexualidade, saúde e violência começaram a entrar na pauta das lutas e reivindicações das mulheres organizadas (Gohn, 2008:140-141).

Nos anos 90, a conjuntura sociopolítica brasileira se altera, segundo Gohn (2008). Há um fortalecimento de grupos institucionalizados e um certo enfraquecimento de movimentos sociais independentes de organizações ou políticas públicas.

Apesar da conquista de inúmeros espaços na vida cotidiana e nas políticas estatais, movimentos de mulheres, assim como movimentos sociais, refluíram enquanto mobilizações. Em compensação, ONGs criadas e coordenadas por mulheres se multiplicaram em todas as classes e camadas sociais e foram se tornando a forma de representação predominante das mulheres no Brasil. As mulheres passaram a estar presentes em novas arenas, não como movimento social de mulheres, mas como movimento feminista. Esse termo passou a expressar a

articulação das feministas em práticas institucionalizadas, atuando via ONGs em projetos e programas sociais apoiados por órgãos públicos, com apoio de organismos internacionais. Na realidade, essas novas ONGs não são movimentos sociais, mas organizações sociais institucionalizadas que trabalham com mulheres. [Grifos meus] (Gohn, 2008: 142-143)

Foi nesse contexto que as organizações estudadas no presente trabalho surgiram e se fortaleceram, não como movimento social, mas como grupos institucionalizados, gestados por mulheres negras. Essa mudança de atuação foi impulsionada pela conjuntura sociopolítica do país. É possível, então, fazer um paralelo desta mudança de atuação com o que Michel de Certeau (1994) denominou de “táticas”. O autor trabalha com uma lógica operatória de ação “*que é ocultada por uma racionalidade hoje dominante no Ocidente*”. Dessa maneira, Michel de Certeau explicita as combinações de operações que compõem modelos de ação característicos dos usuários. O autor substitui a noção de consumidores pela de *usuários* que utilizam estratégias, astúcia e táticas. Segundo o autor, haveria diversas “*maneiras de fazer*” no criativo cotidiano onde os usuários dependendo da situação, do contexto agiriam para transformar “ocasiões”. Esses atuariam e tomariam decisões aproveitando as oportunidades e “possibilidades de ganho”.

Michel de Certeau (1994) ainda acrescenta que a noção de dominados não quer dizer passividade ou docilidade. Há duas lógicas de ação que o autor distingue e denomina de estratégias e táticas. A estratégia seria um cálculo das relações de força, segundo um modelo em que a “nacionalidade política, econômica ou científica foi construída”. Diferentemente, a tática representa as práticas cotidianas e depende do tempo e do contexto para captar possibilidades de conquistas. Ou seja, há uma necessidade constante de jogar com acontecimentos para transformá-los em ocasiões. Por exemplo: “*a dona de casa em face de dados heterogêneos e móveis, como as provisões no freezer, os gostos, apetites*” variados de seus familiares, como também produtos baratos e suas combinações com os produtos que já tem em casa, precisa decidir o que comprar, num ato e maneira de aproveitar a ocasião (Certeau, 1994: 46-47). Esta situação cotidiana exemplifica o uso de táticas de consumo e é uma maneira de buscar vencer, conquistar, realizar algo aproveitando a ocasião, o momento oportuno, o contexto social. As táticas são úteis para pensar atos políticos. Nesse sentido, os

movimentos sociais e as ONGs teriam uma atuação social e política através da qual aproveitariam o contexto sociopolítico de cada momento, isto é, a ocasião da conjuntura nacional e internacional.

Sonia Alvarez⁸⁹, ao refletir acerca das tendências dos movimentos feministas, especialmente do feminismo latino-americano, denominou de *ONGuização* a crescente profissionalização e especialização de setores dos movimentos feministas que ficaram evidentes nas coalizões, eventos e atividades relacionadas com as conferências em Beijing na década de 90. Esse período marcou uma reconfiguração de uma identidade política feminista latino-americana que diferia da forma estreita definida nos anos 70 e início dos anos 80. Os feminismos latino-americanos fazem parte também da sociedade civil global, em que a *transnacionalização* dos discursos representa mais uma tendência.

Esse feminismo global apresenta novas tensões e desafios. Há uma proliferação de espaços e redes formalizadas e *transnacionalizadas*, que deflagra contínuos debates, re-negociações sobre alvos, objetivos e significados do feminismo. A disseminação das ONGs no Brasil estaria relacionada à ineficácia do Estado, como sugere Alvarez:

As ONGs feministas atuam às vezes como organizações “neo” em vez de não-governamentais. Em outras palavras, algumas ONGs parecem prover serviços públicos que antes eram (e deveriam continuar a ser) de responsabilidade dos governos. (Alvarez, 2000: 403)

Esse caminho institucional percorrido por alguns grupos feministas foi alvo de críticas, ao ser considerado um caminho alienado. Algumas feministas consideram o processo uma nova “tecnocracia do gênero”, que estaria abandonando princípios centrais e fundadores do feminismo. O processo de Beijing⁹⁰ exacerbou tensões entre “onguistas” e as “outras”. Os coletivos chamados “onguistas” estariam em oposição ao movimento; as feministas independentes em oposição ao movimento burocrático-institucional. O feminismo foi considerado, por uma feminista mexicana, um movimento que se tornou menos marginal e mais institucional. (Alvarez, 2000: 410).

⁸⁹ Ver Sonia Alvarez. (2000: 384-38).

⁹⁰ IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing/China, em 1995, sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”.

A autora salienta que o processo institucional do feminismo gerou tensões devido ao poder exercido por certas ONGs e também uma crise de representatividade do movimento. Algumas ONGs feministas começaram a ocupar um espaço privilegiado e importante no cenário nacional e internacional. Certas ONGs obtiveram financiamento internacional e assumiram o poder de mando. Algumas delas conseguiram reunir informações relevantes sobre políticas e manter uma equipe permanente encarregada de fazer a interface com a ONU, os governos e representantes dos meios de comunicação, tornando-se interlocutoras privilegiadas de autoridades públicas, meios de comunicação e agências de auxílio e desenvolvimento. Os setores menos institucionalizados dos movimentos de mulheres se viam mais afastados das arenas políticas, nacional e internacional, bem como das fontes de financiamento. Alvarez cita a fala de uma militante brasileira:

Tem sido comum referir-se às ONGs como se elas constituíssem o movimento feminista propriamente dito. É frequente também que as integrantes das ONGs se autodenominem “representantes” do movimento feminista. De repente, toda a nossa reflexão sobre a necessidade de expressar pluralidade e diferenças foi esquecida. Uma nova relação de poder se estabeleceu dentro do movimento. Passamos a fazer parte de um quadro em que algumas possuem a informação, têm acesso a fontes de financiamento e suas decisões, portanto, são as que efetivamente decidem. (Alvarez, 2000: 411)

Para a autora, outra crítica atribuída às ONGs e redes feministas se concentra no fato de que estas, ao concentrarem seu foco nas arenas políticas nacionais e internacionais, teriam se distanciado das bases, das necessidades e interesses das mulheres locais. Esse processo de “Onguização e transnacionalização” pode ser visto como articulações e teias múltiplas do movimento feminista latino-americano. Essas teias são construídas por ligações entre movimentos, arenas políticas institucionais, demandas e discursos traduzidos em itens de plataformas de sindicatos, partidos e das políticas nacionais e convenções internacionais.

Santos (2005) afirma que os movimentos negros passaram também por um “*processo de onguização*”. E o autor ainda acrescenta que a atuação dos novos atores sociais, especialmente das ONGs, se configura de maneira completamente diferente se comparada aos anos anteriores da década de 90. As ONGs buscam o

diálogo, a construção de parcerias institucionais, ao invés do enfrentamento direto com o Estado. (Santos, 2005:120-122)

No contexto da década de 90, pós Guerra-Fria, segundo Santos, os movimentos sociais constituídos como ONGs estariam mais preocupados em estabelecer parcerias e não se contrapor ao Estado. Mas isso não significar dizer que não haja discurso crítico frente às políticas públicas do Estado.

Outro ponto a ser destacado acerca da mudança de constituição dos movimentos negros diz respeito à necessidade de recursos. Os movimentos negros de base filiativa conseguiam sobreviver com o pequeno apoio financeiro de seus membros. Por outro lado, as ONGs negras, e as ONGs de maneira geral, dependem cada vez mais de financiamentos externos, internacional ou estatal. (Santos, 2005:123)

Outra constatação percebida no cenário das ONGs foi a profissionalização exigida dos ativistas dentro da organização. Estes têm tarefas como secretária executiva, coordenação de projetos, secretária. Dessa forma, “o militante é transformado em funcionário-militante⁹¹”. Sendo assim, é possível encontrar nas organizações pessoas que não são militantes “orgânicos” e sim meros funcionários com funções específicas.

A exigência de profissionalização e especialização, no contexto das ONGs, foi descrita pelas lideranças entrevistadas em alguns momentos de maneira positiva, em outros de maneira dramática.

Algo que me incomoda muito em ONG é não poder viver muito sua individualidade, por que você fica absorvida, e você acaba se doando muito, o que é perigoso. Tem pessoas que estão doentes e não se tratam, o que eu acho complicado. Hoje, ONG é empresa, gerencia verba, dá conta de verba, você não prejudica o trabalho social, mas fica sobrecarregado. Porque os financiadores não ajudam na infra-estrutura, eles financiam o campo. Então você acaba entrando no gerenciamento, na executiva. Eu, por exemplo, fui contadora, fazia oficina de campo, viajava para representar. A vida social fica balançada⁹².

Na narrativa acima percebe-se que o processo de institucionalização das organizações forçou um trabalho especializado profissional múltiplo de suas

⁹¹ Veja análise de Santos. (2005: 124).

⁹² Entrevista com a ativista Graça, do Rio de Janeiro, fundadora e ex-integrante de Criola. Desde 1994 a entrevistada atua em outra organização no RJ. A entrevista foi realizada pela pesquisadora em 10 de março de 2010. Cabe lembrar que os nomes das entrevistadas nessa pesquisa são fictícios.

gestoras. Segundo a maioria das entrevistadas, as organizações, ao se tornarem ONGs, exigiram um trabalho extenso, que nós chamamos de um *fazer-aprendendo*. A partir dos depoimentos, tivemos a informação de que havia uma pressão tão grande acerca do fazer, que este fazer ficava numa posição anterior do aprender. Um trabalho especializado, que a maioria das gestoras não estava familiarizada, nem o dominava. Porém, todas tinham que fazer de tudo um pouco, desde funções como secretária, administradora, executiva, gerente, pesquisadora, palestrante, etc. Nesse trabalho não havia tempo de aprender primeiramente para depois fazer. Havia uma pressão, uma obrigação de *fazer aprendendo* o trabalho demandado, com agilidade e rapidez. Havia a exigência que pressionava as gestoras das organizações, elas tinham que prestar contas de recursos, de relatórios das atividades desenvolvidas, de pesquisas realizadas, etc, às agências financiadoras.

Muitas das entrevistadas revelaram que, principalmente no contexto do surgimento das suas respectivas organizações, as gestoras das organizações eram uma espécie de faz tudo, e havia a necessidade de que fosse assim, senão a organização não sobreviveria e seus sonhos seriam frustrados.

ONG não é espaço de militância, ONG é espaço de formação, de prestação de contas, de assessoria, de prestação de trabalho, ou seja, de pessoas profissionalizadas. Quem precisa de militante é movimento. (...) Mas ONG precisa de corpo técnico para seus quadros, de pessoas formadas, que sabem prestar contas, que dirigem trabalhos⁹³.

A citação acima reforça novamente o caráter técnico-profissional que as ONGs exigem de suas ativistas. A maioria das nossas entrevistadas aponta para a semelhança que existe entre ONGs e empresas. A estrutura das organizações funciona como qualquer empresa, porém com algumas diferenças. As ONGs não são auto-sustentáveis, elas sobrevivem de financiamentos externos, ocasionando dependência externa.

No tocante à formação das organizações, percebemos que esta é múltipla e plural. O surgimento das organizações, das redes, dos movimentos negros em geral é resultado de processos de ruptura em relação a outros coletivos e organizações, sendo as origens dos ativistas variadas e múltiplas. Santos (2005)

⁹³ Ib., Id.,.

cita a fala de Edna Roland⁹⁴, que analisa as características presentes nos movimentos negros contemporâneos e aponta como principal característica a ruptura.

O movimento negro é um movimento cujos militantes têm origens muito diversas e variadas. Tem gente que vem de igrejas, de partidos, movimento sindical, de movimentos feministas, de organizações de base, de moradores, enfim, é múltiplo em termos de origens de seus militantes. É um movimento cuja forma de surgimento de organizações se dá frequentemente com base na ruptura. Muitas organizações surgem a partir de rupturas de outras organizações, é uma maneira de crescer. A organização cresce e em um determinado momento se rompe e surge uma nova organização. Isso é freqüente no Movimento Negro. Não sei se isto caracteriza os outros movimentos sociais⁹⁵.

Essa formação plural e múltipla não é exclusividade dos movimentos negros, outros movimentos possuem características semelhantes, há militantes advindos de outros espaços de atuação política. Por outro lado, há um hibridismo constante entre a dimensão de movimentos negros e ONGs. Essa dimensão é percebida na prática política, na visão de Santos (2005), portanto não há uma linha que separe completamente os sentidos de movimento social e de ONG negra (Santos, 2005:126).

As ONGs negras tendem a centrar seus trabalhos em áreas específicas, com propostas de intervenção em espaços determinados, em uma perspectiva mais local do que nacional, limitando em muitos casos o público-alvo, por exemplo: adolescentes, mulheres negras, jovens, etc.

No caso das organizações pesquisadas, Geledés e Criola⁹⁶, a proposta fundamental diz respeito à realização de uma intervenção política em prol das mulheres negras em diversos campos de ação. Geledés, inicialmente, baseava sua área de atuação em um tripé: o Programa de Comunicação, o de Direitos

⁹⁴ Edna Roland é ex-integrante do Geledés, após ruptura com o Instituto, em 1997, fundou no mesmo ano a Fala Preta! – Organização de Mulheres Negras, em SP. Ver: Santos (2005); Alberti e Pereira (2007).

⁹⁵ Entrevista de Edna Roland citada por Santos (2005:125).

⁹⁶ **Geledés** – Instituto da Mulher Negra, criado em 30 de abril de 1988, localizado em São Paulo. A palavra Geledè é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade. Ver: www.geledes.org.br. **Criola** – Grupo de mulheres negras, é uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 02 de setembro de 1992, no Rio de Janeiro. Esta organização é conduzida por mulheres negras de diferentes formações. Ver: www.criola.org.br. Ambos os sites foram acessados em 31 de maio de 2010.

Humanos (financiado pela Fundação Ford) e o Programa de Saúde (financiado pela Fundação MacArthur e pela International Women's Health Coalition). Posteriormente, os programas foram ampliados, integrando as áreas de educação e capacitação de jovens e adolescentes⁹⁷. Segundo Moreira (2007), a organização Geledés surgiu com o objetivo de criar uma instituição autônoma em relação o poder estatal, pois algumas de suas fundadoras passaram pelo Conselho da Condição Feminina, da Comissão de Mulheres Negras, responsável por questões e demandas das mulheres negras.

Inicialmente a atuação de Criola centrou-se no Programa de Saúde, especialmente na Campanha Contra a Esterilização em massa, juntamente com o Fórum Itinerante de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. Aos poucos a atuação da organização vai se ampliando cada vez mais, envolvendo não somente programas de Saúde, mas também de Direitos Humanos, Comunicação, Ação Política e Articulação, Multiversidade Criola, Monitoramento e Avaliação⁹⁸. No próximo capítulo, se discutirá mais profundamente sobre a constituição das duas organizações pesquisadas: Geledés e Criola.

As organizações mais experientes, por um lado, construíram relações de parcerias e redes políticas fora e dentro do país. Entretanto, as organizações possuiriam uma tendência a centralizar decisões e processos (Santos, 2005:129-130).

(...) ainda existem organizações que tem suas donas. E não são só ONGs de mulheres negras. Por exemplo, a ONG do Betinho, mesmo com ele morto ainda hoje é a ONG do Betinho. Quando se fala do Geledés, lembramos de Sueli Carneiro, quando se fala de Criola, lembramos de Jurema Werneck, quando se fala de CEAP, lembramos do Ivanir. E eu não quero levar a organização para o túmulo. O que me preocupa é que quando há essa centralização, a organização morre se essa figura morre. A forma

⁹⁷ A Fundação Ford, criada em 1936 nos EUA, organização filantrópica, privada, sem fins lucrativos, que desde 1950 vem atuando em vários países do mundo. Desde 1962 mantém um escritório no Brasil, no RJ. Ver: www.fordfound.org/regions/brazil/overview. A International Women's Health Coalition (Coalizão Internacional pela Saúde das Mulheres) foi fundada em 1984 e tem sede em Nova York. Ver: www.iwhc.org. A Fundação MacArthur tem sede em Chicago, nos EUA, e atualmente apóia trabalhos em mais de 60 países. Ver: www.macfound.org/site/c.lkLXJ8MQKrH/b.3599935/k.1648/John_D__Catherine_T_MacArthur_Foundation.htm

⁹⁸ Ver: http://www.criola.org.br/areas_atuacao.htm, acessado 23/03/2010.

de melhorar isso é compartilhar os contatos, o conhecimento. (...) Como resolver essa questão? Não sei como⁹⁹.

A partir da narrativa acima, é possível perceber que uma de nossas interlocutoras critica a tendência da maioria das organizações, sejam elas “mistas” – formadas por homens e mulheres –, ou aquelas compostas por mulheres negras. Ela sugere que muitas organizações possuem uma figura central, ou duas, que são vistas, não somente como lideranças, mas como proprietária(s) e/ou única(s) representante(s) da organização como um todo. As organizações, de maneira geral, teriam uma vinculação direta com uma ou duas pessoas. Por outro lado, essa figura central absorveria e/ou aceitaria esse título, essa nomeação, e passaria a se sentir confortável nessa posição. Assim, essa liderança encontraria dificuldades em compartilhar atividades, tarefas, conhecimentos e atuações. Na visão de nossa interlocutora, essa centralização seria um dos problemas mais difíceis de serem resolvidos. E se por alguma adversidade essa liderança central decide sair da organização, pode levar à extinção da mesma, ou pode permanecer levando o nome dessa figura como uma marca. Para nossa entrevistada, as organizações deveriam se preocupar mais com a rotatividade e com a renovação interna, para que as organizações possam ter uma vida mais longa.

Outra questão que gera uma série de críticas às ONGs é a necessidade dessas organizações se guiarem pela agenda das fundações internacionais em função dos critérios para o recebimento de recursos. A falta de recursos foi uma das principais dificuldades apontadas pelas lideranças entrevistadas.

A falta de recurso é muito forte para nós. Até 2000 os nossos temas não eram contemplados pelas agências financiadoras¹⁰⁰.

As agências financiadoras estão saindo, porque depois de oito anos de governo Lula se tem a impressão de que o país precisa de menos investimentos. Instituições que apoiavam organizações de mulheres negras, que vão ficando a ver navios. Hoje organizações medianas e grandes não conseguem recursos nas fontes que tinham antes. Esse é um desafio, como se sustentar no século 21. Esse é um impasse nas organizações de mulheres

⁹⁹ Entrevista com ativista Graça do RJ, fundadora e ex-integrante da Criola. A entrevista foi realizada pela pesquisadora em 10 de março de 2010.

¹⁰⁰ Entrevista com a ativista Barbara do RJ, fundadora e coordenadora da Criola. Entrevista realizada pela pesquisadora em 21 de dezembro de 2009.

negras, e para as mulheres negras. (...) A tendência é de que os financiamentos acabem mesmo¹⁰¹.

A escassez de financiamento foi apontada por algumas entrevistadas como característica do contexto atual. O grande desafio das organizações hoje é o que fazer para se autossustentar, para conseguir recursos? Como continuar seus programas, projetos e representação política? Uma das saídas encontradas pelas organizações, e mencionadas pela Elza, foi ampliar parcerias locais, nacionais e internacionais, com secretarias municipais e/ou estaduais, com redes como: a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora, e Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB.

Algumas ativistas entrevistadas salientaram que o processo de mobilização para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e formas Correlatas de Intolerância, realizada em 2001, em Durban, teria sido protagonizado por organizações de mulheres negras. Um dos fatores responsáveis pelo “protagonismo” da preparação de Durban foi a criação da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), que tem como objetivo mobilizar diferentes organizações e ampliar a capacidade de intervenção política das mulheres negras. Ao pesquisar documentos e propostas da AMNB à Conferência Mundial, observamos que a maioria das organizações participantes é formada por mulheres negras.

A III Conferência constituiu um momento especial do crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial, tanto no plano nacional como no internacional. (...) A III Conferência reconheceu a problemática específica das mulheres afrodescendentes e as múltiplas formas de discriminação que enfrentam. O parágrafo 9 do *Plano de Ação*¹⁰² pede aos Estados que "reforcem medidas e políticas a favor das mulheres e jovens afrodescendentes, tendo presente

¹⁰¹ Trecho da entrevista com ativista, escritora Luiza, ex-integrante do Geledés. A entrevista foi realizada pela pesquisadora em 12 de novembro de 2009.

¹⁰² II Plano Nacional de Políticas para as mulheres, o eixo 9 é destinado ao enfrentamento do racismo, sexismo e da lesbofobia. A inclusão do eixo 9 no Plano Nacional foi resultado do documento apresentado pela AMNB – Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, e de sua atuação na III Conferência Mundial de Durban em 2001. O conteúdo desse capítulo 9 apresenta a necessidade urgente de assegurar a incorporação da perspectiva de raça/etnia e a orientação sexual nas políticas públicas direcionadas às mulheres. Conheça o documento no site: http://200.130.7.5/spmu/docs/livreto_mulher.pdf.

que o racismo os afeta mais profundamente, colocando-os em situação de maior marginalização e desvantagens"¹⁰³.

Entre as diferentes iniciativas desenvolvidas pelos grupos de mulheres negras, destaca-se a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras¹⁰⁴ Pró-Durban, composta por várias organizações de mulheres negras do país – atualmente constam 27. Esta articulação é coordenada pela Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, pelo Geledés/Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, e pelo Maria Mulher, organização do Rio Grande do Sul. Contudo, a atuação incisiva das mulheres negras também pode ser percebida nos encontros e seminários nacionais.

Na visão de Santos (2005), há controvérsias quanto ao *protagonismo* das organizações de mulheres negras no processo de mobilização de Durban. Maria Aparecida Bento, Diretora Executiva do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)¹⁰⁵, discorda dessa afirmativa. Na sua análise, o processo de mobilização foi impulsionado por um segmento, um grupo seletivo de mulheres negras bem articuladas internacionalmente, mas que não significava o movimento de mulheres negras genericamente.

Não, eu não acho que foi assim, as mulheres negras não... Discordo veementemente, acho que devido à articulação de não mais de dez mulheres muito bem direcionadas que sabiam lidar muito bem com a conferência internacional. Então, não foi o movimento de mulheres, mas sim de mulheres negras bem articuladas. Para mim tem algumas mulheres, que talvez não cheguem a dez, muito bem articuladas que sabiam caminhar e cuidar das coisas. E o movimento de mulheres negras genericamente de alguma maneira participou, algumas mais envolvidas do que outras e tal, mas teve um grupo que sabia muito bem o que fazer, tinha recurso, tinha experiência, tinha café no bule para fazer isso, no sentido de usar isso muito mais para si próprio, para articulações. Eu sou muito crítica porque eu participei e fui para Santiago e acompanhei de certa maneira todas as pré conferências. Eu estive em Genebra e na África do Sul e não gostei do que vi lá, teve muita queixa. Muito sentimento de exclusão com muita gente, não eram mulheres negras envolvendo todos os grupos, mas um grupo de mulheres

¹⁰³ Carneiro (2002: 2-5)

¹⁰⁴ Ver lista no anexo.

¹⁰⁵ O CEERT foi fundado em 1990, sediado em São Paulo. Ver: www.ceert.org.br. O CEERT compunha a lista das organizações que confeccionaram as propostas e os diagnósticos Pró-Durban.

negras que tomou para si o processo e ficou no controle mesmo¹⁰⁶. [grifos meus]

A partir desse depoimento é possível perceber tensões e insatisfações no processo de negociação e articulação Pró-Durban percorrido por algumas organizações brasileiras. Observa-se também a atuação de lideranças no processo e, como em qualquer processo político, há pessoas que se sobressaem em relação à maioria e que assumem a tarefa de conciliar, influenciar, persuadir grupos e intermediar conflitos. Hanchard¹⁰⁷ (2001) analisa o conceito de hegemonia de Gramsci para discutir os significados de liderança. Esta pode ser definida pelo desenvolvimento de influências políticas, intelectuais e culturais que se relacionam com o poder econômico e coercitivo do grupo dominante. A discussão sobre o conceito de liderança será mais desenvolvida posteriormente.

As ONGs negras foram capazes de articular, construir parcerias pontuais com o Estado e com outros segmentos da sociedade civil para que suas demandas fossem asseguradas. Entretanto, não se pretende ter uma postura de atribuição valorativa em torno da constituição das ONGs. A intenção é de atentarmos para a complexidade ao se analisar as redes, os movimentos, as teias, as mudanças e as diferenças através das quais as organizações de mulheres negras se construíram e vêm atuando.

3.4

O movimento de mulheres negras: interseccionalidade

Antes de iniciarmos a discussão sobre os movimentos das mulheres negras, é importante introduzir o debate sobre relações de gênero para problematizar o objeto da presente pesquisa. Dessa maneira, o texto clássico de Joan Scott¹⁰⁸, “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*” é fundamental nessa discussão. Scott defende o gênero como objeto de estudo na História e nas Ciências Sociais, de maneira geral. A autora define gênero através de duas proposições que se interconectam: o gênero é elemento constitutivo de relações sociais fundamentadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Além disso, o

¹⁰⁶ Trecho da entrevista da Maria Aparecida Bento – Diretora Executiva do CEERT, citada em Santos, (2005: 147).

¹⁰⁷ Hanchard. (2001: 36).

¹⁰⁸ Ver Scott (1995).

gênero, assim como toda identidade, é social, cultural e discursivamente produzido. É, portanto, uma categoria relacional e social, constituída na linguagem, por meio de signos, expressões simbólicas e representações.

A teoria feminista no Brasil teria algumas lacunas, pois os estudos sobre gênero iniciados nos anos 80 não incorporaram a crítica realizada pelas feministas afro-americanas e de outras perspectivas. Outro fator considerado importante foi a relativa ausência de mulheres negras na academia (Cadwell 2000).

A maior parte dos estudos que articulam gênero e raça no Brasil é oriunda dos estudos das relações raciais, mais do que dos estudos feministas. E a interseção das categorias entre gênero e raça resulta do interesse político e acadêmico, prioritariamente, das mulheres negras. Figueiredo aponta a obra de Verena Stolcke, intitulada: *Sexo está para o gênero, assim como raça para etnicidade?*, como uma das primeiras tentativas de articulação teórica entre categorias gênero e raça publicados no Brasil. (Figueiredo, 2008:239 - 241).

Stolcke afirma que o termo gênero, como uma categoria analítica, foi introduzido nos estudos feministas na década de 80. A teoria de gênero introduziu uma abordagem relacional que envolvia o estudo das mulheres em suas relações com os homens. Nesse sentido, se destina a desafiar a concepção essencialista e universal da visão biológica (Stolcke, 1991: 102-103).

O movimento contemporâneo de mulheres negras no Brasil emergiu no cenário da luta feminista anti-racista da década de 70, cujo apogeu ocorreu na década de 80. No entanto, Lélia Gonzalez, em 1984, já afirmava que a atuação das mulheres pode ser percebida “antes mesmo da existência de organizações do movimento de mulheres”¹⁰⁹. A autora relata a experiência e a atuação das mulheres negras tanto no movimento negro como no movimento de mulheres. As mulheres negras se reuniam para discutir seu cotidiano, de um lado, marcado pela discriminação racial, e por outro, pelo machismo, não somente dos homens brancos, mas também dos homens negros. As mulheres negras tinham como hábito se reunir, formando um “*grupo*”, onde discutiam sua experiência específica. Posteriormente, elas se juntavam aos outros ativistas para reunião ampliada, com o objetivo de expor e incentivar o conjunto do movimento negro a refletir também sobre a condição das mulheres negras. Mas essa atitude, segundo

¹⁰⁹ Lélia Gonzalez. Mulher Negra. In: Nascimento. 2008:38.

Gonzalez, não era bem aceita. No entanto, as mulheres negras nunca desistiram de discutir questões específicas e, na maioria das vezes, as mulheres negras eram excluídas das decisões do movimento negro, atribuindo-as tarefas consideradas “femininas”, como por exemplo servir o café. Nesse sentido, percebe-se que o movimento negro reproduzia certas práticas sexistas da ideologia dominante¹¹⁰.

Quando começaram a surgir viagens internacionais, criou um mal-estar institucional, por que quem viajava de avião e ficava em hotéis eram os homens. (...) O programa de mulheres nunca tinha dinheiro, todos os recursos iam para os projetos dirigidos pelos homens. Os entraves começaram a aparecer e pensamos que estava na hora de construirmos a nossa história¹¹¹.

O trecho acima diz respeito à insatisfação em relação ao tratamento diferenciado que as mulheres sentiam no interior de uma organização mista do Rio de Janeiro. Tal narrativa aponta também para o momento em que essas mulheres decidiram sair dessa organização e criar uma organização própria, autônoma, onde elas pudessem gerir, decidir projetos e serem porta-vozes de suas ações.

Sueli Carneiro (2003) cita a expressão “*enegrecendo o feminismo*” para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista, que provocou a visibilidade da perspectiva feminista negra. Essa concepção corrobora a visão de Lélia Gonzalez, de que “*a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial*”. Nessa perspectiva, a opressão racial seria mais forte do que a de gênero, daí o processo de conscientização racial ser necessariamente anterior ao do sexo.

Quanto ao movimento feminista, Gonzalez (2008) relata contradições e ambigüidades presentes na relação com as mulheres negras. Quando, por exemplo, as mulheres negras participavam de congressos, seminários e encontros feministas, o movimento de mulheres acusava as negras de serem “agressivas” ou de “não feministas”, pelo fato de insistirem que o racismo e suas práticas deveriam ser incorporados às lutas feministas. E quando as mulheres negras denunciavam a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas

¹¹⁰ Ib., Id., p. 38-39

¹¹¹ Entrevista com ativista Graça do Rio de Janeiro, fundadora e ex-integrante de Criola. Entrevista realizada pela pesquisadora, em 10 de março de 2010.

patroas, causavam um mal-estar, pois a exploração do trabalho doméstico era apontada como ter sido responsável por liberar muitas mulheres para o engajamento político feminista. Gonzalez também denunciou como o movimento feminista tinha uma postura elitista em relação às mulheres pobres. Isto porque a base do feminismo era de mulheres, ocidentais, burguesas e heterossexuais. Na visão da autora, essas feministas manipulavam as mulheres populares, denominadas por ela “*mulheres de base*”, para aprovação das suas propostas (Gonzalez, 2008: 39-40).

Por essas e outras é que se entende porque os grupos de mulheres negras se organizaram e se organizam no interior do movimento negro, e não no do movimento de mulheres¹¹².

As mulheres negras que atuavam no movimento negro constituíam um grupo que evidenciava questões específicas do seu cotidiano e que foi dando origem a outros grupos de mulheres negras, como Aqualtune em 1979, Luiza Mahin em 1980 e Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro em 1982. Ainda na década de 80 nasceram grupos como o Coletivo de Mulheres Negras em 1983, o Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro em 1986, o Coletivos de Mulheres Negras da Baixada Santista em 1986, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa no Maranhão (1986), o Coletivo de Mulheres Negras em Minas Gerais (1986), o Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras no Rio Grande do Sul (1987), o Geledés – Instituto da Mulher Negra /SP (1998), o Grupos de Mulheres do Alto das Pombas de Salvador – Bahia (1998) e a Comissão de Mulheres Negras de Campinas/SP (1989). Na década de 90, surgiram: a Casa de Cultura da Mulher Negra (1990); o Grupo Oduduwa, no Rio Grande do Sul (1992); o Grupo Criola no Rio de Janeiro (1992), o Centro de Documentação Coisa de Mulher no Rio de Janeiro (1994), entre outras organizações (Sebastião, 2007:15-17).

Como se pode notar, na década de 80 foi criada a maioria das organizações de mulheres negras no Brasil. Mas, segundo Núbia Moreira¹¹³ (2006), apenas após o encontro realizado em Bertioga/SP, em 1985, que se consolidou um discurso feminista entre as mulheres negras, atenuando a rejeição manifestada inicialmente por parte das negras para como discurso feminista.

¹¹² Lélia Gonzalez. Mulher Negra. In: Nascimento. (2008: 41).

¹¹³ Ver: Moreira (2006).

Segundo Ribeiro (1995), outro marco importante foi à realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN)¹¹⁴ em Valença/RJ, também no ano de 1988. Esse evento foi precedido por encontros e seminários em vários estados do Brasil, que possibilitaram a mobilização de mulheres negras e o aprofundamento do debate político. Nesse cenário, é importante compreender quais são as influências, as semelhanças, os conflitos e as tensões entre as feministas brancas e as negras?

Além da não incorporação do racismo como bandeira, o feminismo branco também não percebia a existência de uma problemática específica atingindo as mulheres negras. Lemos cita a fala da fundadora e coordenadora da organização Criola, Jurema Werneck, que ilustra as diferenças e contradições entre o feminismo tradicional e o feminismo negro.

...tem o subemprego, as questões do trabalho, o direito à procriação que é diferente, porque se a mulher branca reivindica o direito de evitar filhos, a mulher negra reivindica o direito de tê-los, criá-los e vê-los vivos até a velhice¹¹⁵.

Nessa perspectiva, Lélia Gonzalez afirma que o feminismo negro teria uma diferença específica em relação ao feminismo ocidental: a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum¹¹⁶.

Sebastião (2010) define o feminismo negro no Brasil como o movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com o enfrentamento e combate ao domínio patriarcal e racista, simultaneamente. Além disso, considera que:

O feminismo negro é um conceito que vem sendo forjado na luta do movimento das mulheres negras pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto da luta feminista e do combate ao racismo¹¹⁷.

No entanto, foi possível perceber durante a pesquisa que o termo feminismo negro é questionado por boa parte das ativistas do movimento de

¹¹⁴ O I Encontro Nacional de Mulheres Negras é apontado por algumas entrevistadas como um momento importante em que as mulheres negras decidiram organizar um encontro próprio, esse evento é lembrado com saudade e orgulho pela entrevistada Graça, e apontado como um marco no processo de “autonomia” que as mulheres experimentaram. No Brasil foram realizados três encontros nacionais de mulheres negras – ENMN (1988, 1991 e 2001). Ver. Ribeiro, 2009. Veja fotos do 1º EMNN realizado em Valença, 1988 no Anexo VI. Disponível também no site: www.coisademulher.org.br. Acessado em 10 de setembro de 2010.

¹¹⁵ Ver Lemos (1997:125).

¹¹⁶ Gonzalez. Mulher Negra. In: Nascimento (2008:38).

¹¹⁷ Sebastião (2010: 66).

mulheres negras, por considerarem o termo “feminismo” datado e ligado às demandas das mulheres brancas e burguesas. Além disso, as formas de organização de mulheres negras seriam mais antigas do que o movimento feminista tradicional, ou seja, o movimento de mulheres brancas e burguesas. Uma ativista do Rio de Janeiro entrevistada salientou que o movimento de mulheres negras tem mais influências e características das formas associativas negras antigas, como, por exemplo, a forma de organização das religiões de matriz africana. Essas influências explicariam o fato de que a maior parte das organizações de mulheres negras no Brasil possui nomenclaturas como instituto, grupo, entidade e coletivo de mulheres negras. Ou seja, as organizações de mulheres negras brasileiras não utilizam termos como feminismo negro ou organização feminista negra em suas denominações, rejeitando todos os seus encargos.

Não há nenhum consenso dentro do movimento de mulheres negras que o defina como um movimento feminista. Encontrar alguma entidade de mulheres negras que se defina como feminista é difícil. A nomenclatura feminista não é expressiva dentro do movimento de mulheres negras. É muito difícil você encontrar alguém que diga que existe um feminismo negro. Hoje em dia ninguém fala sobre isso. O feminismo negro foi importante para organizar um campo nos Estados Unidos. Toda crítica que embasou as teorias feministas, falar de uma mulher vulnerável, fragilizada que precisa ser empoderada e essa trajetória de empoderamento é uma trajetória que vai do ambiente doméstico ao ambiente público. Isso nunca se aplicou à mulher negra nenhuma, as mulheres índias não têm ambiente doméstico, as mulheres ciganas vivem nas ruas. Enfim, toda teoria que sair em torno dessa crítica já vai sair meio capenga para explicar a vida da maioria das mulheres do mundo. Essa é a principal diferença¹¹⁸. [grifos meus]

A narrativa da ativista acima sugere haver uma recusa em relação ao termo feminismo no interior das organizações e movimentos de mulheres negras, a partir de uma autodefinição das principais diferenças entre o movimento feminista e o de mulheres negras. Por fim, a ativista faz uma crítica ao feminismo ocidental, cuja ideologia não contemplava outras mulheres, como as negras, indígenas, ciganas, etc.

¹¹⁸ Entrevista com a ativista Ana, do Rio de Janeiro, fundadora e coordenadora da Criola. Entrevista realizada pela pesquisadora, em 17 de julho de 2010.

Hoje a gente já fala em feminismo negro, mas nos primeiros 15 anos, de 1980 até 1995, a gente falava em Movimento de Mulheres Negras. É depois de 1995 que algumas mulheres, isoladamente, começam a falar em feminismo negro. E o feminismo é a expressão mais pura e mais genuína desta autonomia. E muitas mulheres têm medo disso, do que pode acarretar essa vivência autônoma, de dizer para o mundo que é senhora de sua vida. Eu não tenho problemas com essa expressão. Eu acho que é uma conquista nossa. Ela diz de dimensões que nós, mulheres negras, trouxemos para o feminismo¹¹⁹.

A narrativa dessa outra ativista de São Paulo, por outro lado, informa uma mudança, uma incorporação do termo feminismo negro, a partir dos anos 90, no interior do movimento e de organizações de mulheres negras. Nessa perspectiva, esse termo, nos dias atuais, não seria tão recusado como anteriormente, posto que o termo feminismo representa “*autonomia*” e, portanto, não deveria incomodar nem ser recusado pelas mulheres negras. No entanto, o que pode ser percebido nessas narrativas é a ausência de consenso acerca da incorporação do termo feminismo no interior dos movimentos e de organizações de mulheres negras. E quando este termo aparece é de maneira isolada e individual, sem abrangência coletiva, ou seja, sem a conotação de uma incorporação ou uso do movimento ou da organização.

Segundo outra entrevistada, as bandeiras levantadas pelas mulheres negras e brancas têm demandas e ênfases distintas. Com relação ao trabalho, as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar, o direito ao emprego no mercado de trabalho, mas “*as mulheres negras já estavam há mais de quinhentos anos no mercado de trabalho, que explorava a sua mão de obra*”¹²⁰. As mulheres negras, mais especificamente, reivindicavam direitos trabalhistas, como redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho. Segundo Lemos (1997), o que as mulheres negras vivenciaram em relação a esse feminismo não foi apenas a desarticulação entre as suas bandeiras, mas também vivenciaram uma tomada de consciência, uma explicitação de como a forma de se olharem e se colocarem no mundo era diferente das mulheres do grupo dominante.

¹¹⁹ Depoimento da ativista Luiza, ex-integrante do Geledés. A entrevista foi realizada pela pesquisadora, em 12 de novembro de 2009.

¹²⁰ Trecho da entrevista de Ana. Fundadora e coordenadora da Criola. Entrevista realizada pela pesquisadora em 17 de julho de 2009.

A proximidade do movimento de mulheres negras com o movimento feminista apresenta algumas tensões, conflitos e contradições como já foi mencionado. O feminismo denominado tradicional faz uma leitura do cotidiano e do imaginário das mulheres de classe média, sem contemplar as especificidades de outras mulheres, como por exemplo, as mulheres negras. Essas não se sentiam representadas por essa identidade de gênero e iniciam um processo de rejeição e questionamento ao modelo de mulher universal.

As mulheres negras buscaram na arena política o espaço de sua representação, demarcando a especificidade da condição de negra em relação ao movimento negro e, principalmente, em oposição ao feminismo. No seio do movimento negro, algumas entrevistadas mencionaram que as mulheres negras também não se sentiam ouvidas como os homens eram ouvidos, e que sofriam com a opressão sexista. O feminismo negro buscou, então, não somente a erradicação do racismo como também a do sexismo/machismo.

Jurema Werneck (2010) salienta que é possível perceber que as mulheres negras carregam o espírito organizativo há muitos anos. A autora descreve, em seu texto, um rastro de diferentes formas de organização das mulheres negras, a partir do estudo da diáspora africana. A autora utiliza tradições dos povos iorubá e banto, que propagam modelos de mulheres fortes e guerreiras.¹²¹

Bernardo (2003) afirma que a mulher iorubá desempenha o papel de mediadora das trocas de bens econômicos, como também dos bens simbólicos, possibilitando assim um exercício de poder fundamental para vida africana. A autora prossegue, citando duas associações femininas importantes: as sociedades Ialodê e Gueledê. A Ialodê era uma associação feminina, cujo nome significa “senhora encarregada dos negócios públicos”, isto é, da troca de bens materiais. A sociedade Gueledê¹²² era uma associação secreta, mais próxima da troca dos bens simbólicos. Sua visibilidade advinha dos rituais de procriação, fecundidade e fertilização, que eram aspectos importantes do poder especificamente feminino. Sendo assim, a mulher iorubá, além de deter o saber de usar “autonomia”, tornou-

¹²¹ Werneck. (2010:5-6).

¹²² Essa sociedade iorubá Gueledê inspirou o nome da organização pesquisada Geledés – Instituto da Mulher Negra. Ver sobre esse assunto no site: www.geledes.org.br.

se mediadora de bens materiais e simbólicos, como também se tornou fundadora de associações femininas importantes no século XVIII¹²³.

Segundo Werneck (2010), a figura Ialodê foi preservada em território brasileiro, no interior das comunidades tradicionais religiosas, habitando a esfera do sagrado.

Nesta incorporação o termo se vincula às divindades femininas, Oxun e Nanã, a quem já me referi, assinalando seu poder de ligar passado e futuro, unindo fecundidade e morte, desde uma perspectiva de tempo cíclico, suas continuidades e transformações. E do protagonismo das mulheres. (...) Atualmente, Ialodê é um termo apropriado pelo movimento social de mulheres negras brasileiras, para nomear organizações e atributos de liderança e representação¹²⁴.

Os mitos de Oxun e Nanã, divindades do Candomblé, representam a reação e a recusa às investidas de subordinação do poder masculino patriarcal¹²⁵. Assim, o termo “Ialodê” é acionado tanto por Teresinha Bernardo (2003), quanto por Jurema Werneck (2007) como chave interpretativa para compreender como as mulheres negras atuaram e atuam como agentes de luta, de disputas e de negociação, frente ao desenvolvimento do patriarcado, do racismo e do sexismo. Isto porque a “Ialodê” reafirmaria e valorizaria a presença e ação das mulheres negras no espaço público, como também significaria sua capacidade de “ação política, liderança e autonomia” (Werneck, 2007:279).

É possível perceber, também, que o termo passa da esfera religiosa, do sagrado e começa a ser incorporado nas práticas cotidianas. Chamar atenção para Ialodê é uma maneira de destacar exemplos das formas de organização política, cuja origem precedeu o escravismo colonial. Werneck (2007) pretende demonstrar, com essa afirmação, que a ação política das mulheres negras, das diferentes regiões, precedeu a criação do feminismo ocidental, ou seja, não foi inaugurada pela expansão européia e a instauração da hegemonia cristã¹²⁶. Na visão da autora, a influência da ação política das mulheres negras no interior do feminismo não é levada em conta, na realidade, é desconsiderada e invisível.

¹²³ Bernardo (2003: 34-36).

¹²⁴ Werneck. (2010:7).

¹²⁵ Werneck. (2007: 274-275).

¹²⁶ Ib., Id., p. 8.

Werneck (2010) pretende suscitar, a partir de sua afirmativa, uma nova interpretação do surgimento da organização política das mulheres negras. Nessa visão, tal surgimento não estaria atrelado ao movimento feminista ocidental nem a outro movimento social, desconstruindo, assim, a idéia de que as mulheres negras começaram a se organizar no interior do movimento negro e/ou no interior do movimento feminista, após perceberem que suas especificidades não eram ouvidas e contempladas pelo conjunto dos movimentos. As diversas formas de organização de mulheres negras estiveram presentes em vários momentos históricos, estabelecendo nexos entre diferentes sujeitos e momentos de lutas políticas.

As religiões de matriz africana são lembradas por algumas entrevistadas como uma importante influência em suas organizações. *“O candomblé se constitui originalmente no Brasil numa comunidade eminentemente feminina”*. Para Carneiro e Cury¹²⁷ (2008), a liderança religiosa dessas mulheres *“representa um fenômeno inusitado no seio de sua sociedade evidentemente patriarcal e preconceituosa como a brasileira”*. As autoras acrescentam que a mulher negra seria responsável pela coesão grupal e unidade familiar, preservando tradições religiosas e culturais. Por meio dos depoimentos coletados na pesquisa, percebeu-se que algumas entrevistadas buscam direta ou indiretamente a coesão de grupo, a conservação de traços culturais africanos e a insubordinação social. Nesse sentido, é possível notar uma correlação entre a forma associativa das organizações de mulheres negras pesquisadas e a forma de organização das religiões de matriz africana. A influência cultural africana presente nas organizações pesquisadas pode ser percebida em seus símbolos.

¹²⁷ Carneiro e Cury. O poder feminino no culto dos orixás. In. Nascimento (2008: 121-122)

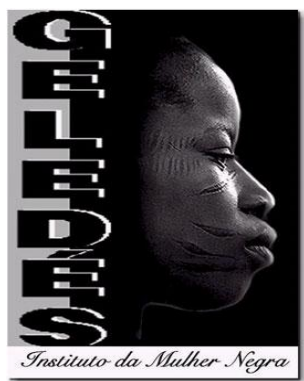


Figura 1: símbolo do Geledés

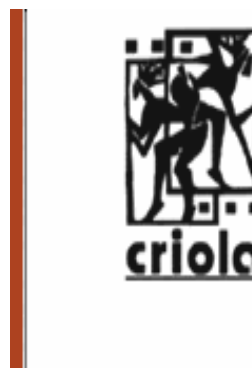


Figura 2: símbolo da Criola

A figura 1, símbolo do Geledés possui o rosto de uma mulher com traços africanos, com fortes marcas, desenhos na face, que sugere compor símbolos de alguma cultura africana. A figura 2, símbolo da Criola é composto por dois corpos africanos com características e formas que sugerem traços tradicionais africanos. No símbolo do Geledés, o rosto da mulher africana é fortemente visível, parecendo uma fotografia. Diferentemente do símbolo da Criola, onde a face é indefinida, privilegiando movimentos corporais. O símbolo do Criola sugere uma pintura, uma obra artística que reproduz traços culturais de alguma comunidade africana.

Quanto aos nomes das duas organizações, mencionou-se anteriormente que as ativistas do Geledés informaram ter recebido grande influência da cultura Yorubá.

Gèlèdè é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade¹²⁸

Por outro lado, o nome Criola foi sugerido por uma das fundadoras e contou com a adesão do grupo. A idéia era utilizar um termo associado à discriminação, considerado por alguns como um termo negativo e pejorativo e transformá-lo em um termo de afirmação e valorização da negritude.

Esse nome marcou. A questão da criola era usar essa perspectiva que te oprime e fazer dela a porta que te liberta. A utilização do termo criola era dizer que nós rechaávamos a discriminação,

¹²⁸ Citação publicada no site do Geledés, que possui um extenso histórico sobre o significado Gèlèdè, sobre seus traços culturais e religiosos da tradição Yorubá. Ver www.geledes.org.br. Acessado em 20 de setembro de 2010.

mas entendíamos que essa era uma dimensão fundamental para a transformação de nós mesmas¹²⁹.

Para retomar a contextualização dos movimentos e das formas associativas das mulheres negras. Werneck aponta momentos importantes já na década de 30, como a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas, que inaugura a organização de mulheres trabalhadoras no estado de São Paulo. Esta organização visava a integração da população negra à sociedade brasileira pós-escravidão, tendo como liderança Laudelina Campos Melo, que também integrava a Frente Negra Brasileira (Werneck, 2010:9).

Em 1983, no Rio de Janeiro, se forma o coletivo de mulheres negras Nzinga, composto por mulheres de classe média e baixa. Essa organização tinha como objetivo articular a discussão de gênero e raça, mas teve vida curta, terminando suas atividades em 1987. Mas Nzinga também serviu de inspiração às outras organizações que vieram a se constituir. Posteriormente, será aprofundada uma discussão sobre esse grupo pioneiro.

Núbia Moreira, comentando a fala de uma ativista brasileira, chama a atenção para o paralelismo existente entre as pautas dos dois grupos de mulheres: brancas de um lado e negras do outro.

O feminismo da década de 80 no Brasil era o feminismo do direito ao corpo; nosso corpo nos pertence e as mulheres negras sempre reivindicaram para além dessas coisas sem discutir o valor dessas questões, mas a inclusão do discurso racial, ou melhor, a presença do racismo dentro do feminismo. Reivindicavam uma outra questão que não essa das mulheres de classe média branca, ou seja, o direito ao trabalho, direito à creche, direito à casa, direito à auto-imagem, direitos sociais, direito à vida. As feministas não estavam procurando esse tipo de coisa, sequer estavam considerando isso pauta do feminismo. (Moreira. 2006: 67)

É importante também investigar as formas de organização de mulheres negras, bem como sua relação com o feminismo tradicional¹³⁰ e seus vínculos

¹²⁹ Trecho da entrevista de Barbara, fundadora e coordenadora da Criola. Entrevista realizada em 21 de dezembro de 2009.

¹³⁰ O feminismo considerado tradicional é o feminismo dominado pelas mulheres brancas de caráter eurocêntrico, que pretendia representar todas as mulheres, a partir da premissa de que todas as mulheres são iguais. Ver: Moreira (2006), Sebastião (2007).

com os movimentos negros no Brasil, compreendendo as razões e justificativas que as levaram a buscar uma organização própria.

Se você olhar a história das mulheres negras, você vai descobrir que elas sempre se organizaram. Na África você vai encontrar organizações de mulheres negras e quando as mulheres começam a chegar ao Brasil como escravas, começam a chegar as organizações. Já havia essa história, essa trajetória. Elas já se organizam à parte dos homens e também juntamente com os homens. Então o que nos leva a organização na década de 1990 é essa própria história. Apesar de nas literaturas recentes você ouvir e ler que o movimento de mulheres negras se organiza pela falta de espaço entre os negros e entre mulheres parece que somos um movimento de mulheres que foi levado a isso pela impossibilidade política dos outros movimentos, essa é a primeira leitura que se faz. Mas, na verdade, isso indica que as mulheres negras demandavam um tipo de protagonismo que elas reconheciam em si, ou seja, já havia uma certeza de que a posição que uma mulher negra tem de ocupar em uma organização política não é uma posição subsidiária. Isso não é porque as mulheres negras das décadas de 1970 e 1980 acordaram e disseram: Eu quero ser protagonista! Mas é por que existe uma cultura que foi mantida, e eu acredito que não é o ressentimento em relação a um movimento misto ou um movimento feminista, é porque a gente faz organização desde sempre¹³¹. [grifos meus]

A citação acima apresenta a explicação dada por uma liderança entrevistada, que pretende traduzir como as mulheres negras conquistaram uma organização própria. É possível perceber em seu discurso uma recusa na crença comum que explica o surgimento do movimento de mulheres negras pelo fato destas não serem ouvidas nem contempladas no movimento negro e no movimento feminista. Por não encontrarem espaço nesses dois movimentos, as mulheres negras resolveram, então, criar um movimento, uma organização própria. A entrevistada discorda dessa explicação e a considera simplista e superficial. Para ela, a constituição das organizações de mulheres negras não pode ser explicada por conta da subordinação em que as questões e especificidades das mulheres negras eram tratadas nos movimentos, negro e feminista.

Segundo a entrevistada Ana, a característica agregadora das mulheres negras na família, nas irmandades, nas comunidades e nas religiões de matrizes africanas é inegável. “*Não podemos excluir da história, a presença de mulheres*

¹³¹ Entrevista da intelectual/ativista Ana, do Rio de Janeiro, fundadora e coordenadora da Criola, concedida para essa pesquisa e realizada em 17 de julho de 2009.

*negras nas diversas organizações e movimentos sociais*¹³²”. Além disso, muitas ativistas de organizações de mulheres negras atuaram em outros coletivos e movimentos, como associação de moradores, movimentos de favela e estudantil, partidos políticos, sindicatos, militância religiosa - da igreja católica, da protestante e de matriz africana.

A atuação das mulheres negras nos movimentos e organizações sociais é apontada por Ana como uma estratégia política de denunciar as condições de vulnerabilidade social que as mulheres negras experimentaram.

Segundo pesquisas estatísticas, as mulheres negras representam um dos grupos que vivenciam maior vulnerabilidade social em relação a educação, saúde, desemprego, etc. Os dados do IBGE estimam haver mais de 190 milhões de brasileiros. Destes, 100 milhões de habitantes são negros. A população feminina equivaleria aproximadamente a 50 milhões de habitantes, o que significa quase 50% da população negra no país¹³³.

No tocante à escolaridade, Werneck (2009) revela dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE/2007, e informa que a média dos anos de estudo das mulheres negras era 6,5 anos mais baixado que a escolaridade média das mulheres brancas (8,18); dos homens brancos (8,4) e dos homens negros (6,2). (Werneck, 2005: 113)

A mulher negra brasileira é apontada nas pesquisas como aquela que experimenta a maior precariedade no mercado de trabalho. Convém acrescentar ainda que este segmento é o que mais precocemente ingressa no mercado de trabalho e o que mais tempo nele permanece; como também é o que mais investe na escolarização e o que menos retorno tem do aumento de sua qualificação¹³⁴.

O grupo de mulheres negras apresenta as menores taxas de participação tanto em ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas (5,3%), como nas ocupações administrativas (4,7%). Estas ocupações, cujos salários são mais elevados e que implicam atividades consideradas nobres, acabam sendo destinadas preferencialmente aos homens brancos, e mesmo quando preenchidas por mulheres, estão reservadas às brancas e amarelas.(...) O lugar da mulher negra no trabalho está demarcado no imaginário de chefias e profissionais de recursos

¹³² Ib., Id.,

¹³³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (www.ibge.gov.br/home/#divitema_populacao), acessado em 20 de maio de 2009.

¹³⁴ Ver Bento. (1995: 479-488).

humanos. É o gueto da subalternização e da realização de atividades manuais.¹³⁵

No que tange à saúde, as mulheres negras representam um dos grupos mais vulneráveis, com piores condições de acesso a políticas públicas, de prevenção e assistência. Dados nacionais do Ministério de Saúde publicados em 2008 apontam que a tonalidade da pele assume significação importante. Segundo o relatório, de todas as mulheres, as mais escuras, denominadas de pretas, foram as que apresentaram mais risco de morte durante a gravidez, parto, puerpério ou abortamento (161,7) quando comparadas às mulheres de pele mais clara, classificadas como pardas (97,2), no ano de 2005¹³⁶.

Lélia Gonzalez (2008) denunciou, em seu estudo na década de 80, a vida dura da mulher negra brasileira. A autora revelou que as mulheres negras são as que na maioria das vezes começam a trabalhar mais cedo e em ocupações manuais, de menor prestígio. Com efeito, a mulher negra seria a grande excluída da modernização conservadora brasileira¹³⁷.

O movimento contemporâneo de mulheres negras, iniciado na década de 70, se fortaleceu aproximadamente no ano de 1985, e tem posto em cena novas questões. As organizações de mulheres negras vêm demonstrando uma diversidade de reivindicações, ligadas ao rompimento das opressões sexista e racista. Além disso, a temática da identidade tem assumido novos contornos e análises sociológicas. Esse processo de constituição dessas organizações evidencia novos atores sociais, questionando a invisibilidade histórica e social das mulheres negras enquanto sujeitos participantes do processo de democratização política. A partir da promulgação da Constituição de 1988, as relações de gênero e raciais ganham relevância oficial para um Estado que se pretende democrático e de direito. Algumas das principais propostas das organizações de mulheres negras direcionam-se para a garantia de educação e saúde através de propostas que levem em consideração especificidades de gênero e racial, como também a diversidade sexual e cultural. As reivindicações dessas organizações visam a combater a violência e as desigualdades sexista e raciais mencionadas anteriormente.

¹³⁵ *Ib.*, Id, p. 482.

¹³⁶ Ver Werneck. (2009:114 -115).

¹³⁷ Lélia Gonzalez. *Mulher Negra*. In: Nascimento. (2008:36).

Garantia de educação anti-racista e anti-sexista, desenvolvimento de programas de combate à violência sexista e racial, a legalização do aborto, a implantação de ações no serviço público de saúde, como a introdução do quesito cor nos formulários de saúde, atenção à realidade específica da mulher negra no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, e medidas em relação a anemia falciforme, a prevenção e tratamento de doenças de maior incidência na população negra, como hipertensão e miomatoses. (Matilde Ribeiro. 1995: 6-7).

No tocante às reivindicações no campo da saúde da mulher, Vilma Reis¹³⁸ (2002) afirma que o aborto no Brasil é a quarta maior causa de mortalidade materna. E que o movimento feminista tem avançado no que diz respeito à saúde da mulher. Durante o VIII Encontro Internacional Mulher e Saúde, realizado em março de 1997, no Rio de Janeiro, o direito ao aborto foi considerado uma questão de justiça social. As dificuldades de se garantir o aborto legal, somadas à falta de qualidade nos serviços públicos de saúde corroboram para a negação dos direitos das mulheres. O movimento feminista que defende a legalização do aborto encontra forte oposição de instituições religiosas e correntes políticas conservadoras. A autora termina seu artigo enfatizando que o fundamental é mostrar para a sociedade, especialmente para as mulheres, que o aborto é uma questão de saúde pública, e que o alto índice de mortalidade materna no Brasil não deve ser encarado como um problema exclusivo das mulheres.

Outra questão debatida pelo movimento de mulheres negras é a anemia falciforme. Segundo Fátima Oliveira, que é médica e ativista, a anemia falciforme é hereditária e constitui a doença genética mais comum entre a população negra em todo mundo. Essa anemia é resultado de uma mutação na molécula de hemoglobina que adquiriu a forma de meia-lua ou foice. O programa para informar e tratar a doença é uma reivindicação antiga do movimento negro. Essa foi uma importante demanda da Marcha dos 300 anos de Zumbi e uma recomendação do Relatório Final da Mesa Redonda sobre Saúde da população Negra, em abril de 1996, promovido pelo Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da população Negra.

O feminismo negro também encontrou dificuldades para lidar com a diversidade como, por exemplo, a questão da orientação sexual. A ativista Graça

¹³⁸ Ver artigo de Vilma Reis. Mulheres: pelo direito de decidir – A prática do feminismo no debate sobre o aborto legal. In. Werneck (2002).

salientou que a organização na qual atua encontra dificuldades para participar de algumas redes e movimentos por ser uma organização de mulheres negras que trabalha com homossexualidade. *“Isso nos fez e faz pagar um preço muito alto. (...) Há organizações que preferem fazer parte do conselho de Direitos humanos do que do Conselho LGBT¹³⁹”*.

É importante compreender quais foram os obstáculos e porque as organizações de mulheres negras teriam dificuldades em trabalhar com a diversidade. A homossexualidade foi considerada, no início da constituição dessas organizações, um tema tabu, afastando muitas mulheres negras, já que era considerada *“coisa de mulher branca”*. Por outro lado, esse processo possibilitou introduzir a discussão sobre sexualidade, que era posta em segundo plano por algumas mulheres negras.

Quando eu entrei no Movimento de Mulheres Negras nos anos de 1980, existia uma tensão, não entre mulheres, mas a questão da homossexualidade era mais flagrante no encontro das mulheres negras com o movimento negro e como o movimento feminista. No Movimento de Mulheres negras, naquele momento, boa parte das lideranças era lésbicas, visivelmente lésbicas, não escondiam seus gestos. Isso em 1986. Mas eu me lembro também, em um encontro de negros do Sul e Sudeste, fomos todos no mesmo ônibus e eu lembro que uma das líderes do Movimento de Mulheres Negras que era lésbica, fez uma piada, dizendo que entrariam as mulheres com problemas, era uma crítica visível à homofobia do movimento. O Movimento negro não deixou de ser homofóbico. E até hoje uma questão para o Movimento de Mulheres Negras é criar um debate mais profundo sobre as diferenças entre as mulheres. A diferença não é valorizada suficientemente, então os atritos que surgem não são valorizados. Ou seja, o debate da homofobia nunca foi suficientemente tratado em lugar nenhum. O debate sempre houve mas nunca foi valorizado. Nos nossos primeiros anos, as pessoas diziam que éramos um grupo de sapatões. Enfrentamos esse tipo de coisa. Em relação ao movimento feministas, também houve atritos com as mulheres brancas e burguesas¹⁴⁰.

A dominicana Ochy Curiel (2002) afirma que o movimento de mulheres negras nasceu articulando raça, gênero, classe e sexualidade como categorias políticas para explicar as realidades das mulheres negras frente ao racismo, sexismo, classismo e heterossexismo. As feministas negras, ao criticarem a

¹³⁹ Trecho da ativista Graça, fundadora e ex-integrante da Criola. Entrevista realizada pela pesquisadora, em 10 de março de 2010.

¹⁴⁰ Depoimento da ativista Ana do Rio de Janeiro, fundadora e coordenadora da Criola. A entrevista foi realizada pela pesquisadora, em 17 de julho de 2009.

categoria mulher universal e essencial, perceberam a necessidade de trabalhar com categorias de gênero, classe e raça conjuntamente. Sendo assim, houve uma mudança de perspectiva, a partir da qual a abordagem deveria ser multiplicativa e não universal e homogênea. A concepção da interseccionalidade¹⁴¹ não é fácil, deve-se compreender como as categorias classe, gênero, raça, etnicidade, sexualidade se constroem e como cada categoria tem conotação com a outra simultaneamente. Essas categorias são constituintes de formas bastante entrelaçadas. A interseccionalidade deve ser pensada não somente como um conceito, mas também como uma experiência. E as intersecções não podem ser hierarquizadas em termos de alguma condição primária de opressão.

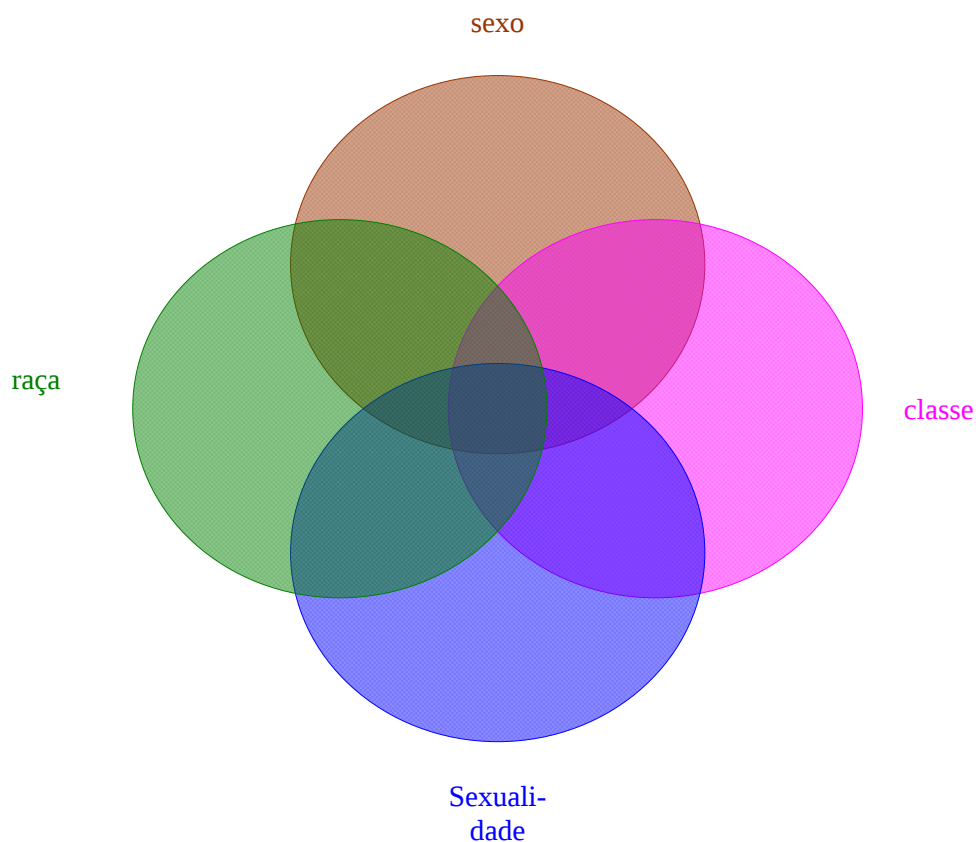
A concepção de interseccionalidade e/ou categorias de articulação, segundo Piscitelli (2008), ofereceria ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. A autora, ao analisar o texto de Crenshaw, revela que as interseccionalidades seriam formas de capturar as conseqüências da interação entre formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. A noção de *interação* entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressão que está presente, por exemplo, na idéia de que a mulher negra é duplamente oprimida, por ser mulher e por ser negra.

A imagem que ela oferece é a de diversas avenidas, em cada uma das quais circula um desses eixos de opressão. Em certos lugares, as avenidas se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a¹⁴².

Para ilustrar essa idéia de opressão multiplicadora, não sobreposta, que a autora oferece, produzimos um desenho composto de vários círculos articulados que em algum momento, em algumas situações, a mulher encontrará fluxos confluentes e enfrentará opressões: de gênero, de sexualidade, de classe, de raça, de etnia, etc. simultaneamente. O desenho abaixo pretende ilustrar como se aplica a concepção da interseccionalidade. Esse conceito pretende explicar realidades específicas de mulheres frente ao racismo, sexismo, classismo, heterossexismo, entre outras opressões.

¹⁴¹ Ver Crenshaw. (1991: 1241-1299); Piscitelli. (2008: 263 a 274.) ; Stolke. (2006).

¹⁴² Piscitelli (2008: 167).



Na visão de Piscitelli, a formulação de Crenshaw apresenta algumas fragilidades, pois funde a idéia de diferença com a de desigualdade. Primeiramente, Crenshaw cita exemplos extremos como estupros coletivos em Ruanda e na Bósnia por motivos étnicos e a violência sofrida pelas mulheres dalits na Índia. Outro problema apontado nessa abordagem, segundo Piscitelli, é que nela o poder é tratado como uma propriedade que uns têm e outros não, e não como uma relação. Essa abordagem não considera que as relações de poder se alteram constantemente, marcadas por conflitos e pontos de resistência. As interseccionalidades às vezes trabalham com o referencial oferecido por Foucault, mas utilizam seletivamente sua noção de poder. Elas ignorariam o fato de que esse autor pensa em poder não apenas em sentido repressivo, mas também produtivo, que não apenas suprime, mas também produz sujeitos (Piscitelli, 2008: 267).

Na tentativa de desenvolver uma teoria da desigualdade que aborde o entrecruzamento das categorias gênero, classe, e raça, Stolcke (1991) busca demonstrar como essas categorias se articulam para formar e perpetuar uma sociedade de classe, desigual e contraditória, onde o conflito de classes torna-se internacionalizado. A autora aponta para a necessidade de compreender e explorar a dimensão do processo de construção recíproca entre gênero e raça, ou seja, do tornar-se mulher negra. (Stolcke, 1991:115).

Nesse sentido, as organizações de mulheres negras representariam um espaço que abrigou o processo de construção da identidade negra.

As organizações autônomas fornecem um espaço no qual podemos nos tornar uma mulher negra. (...) São espaços nos quais as mulheres negras podem criar narrativas opostas e fortalecedoras do eu.¹⁴³

A citação acima faz recordar as análises de Neusa Santos Souza em seu livro “Tornar-se Negro¹⁴⁴”, em que a autora inicia sua obra salientando que um dos caminhos do exercício de autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Ou seja, é importante construir um olhar, uma narrativa sobre si mesmo para iniciar o processo de empoderamento.

Figueiredo (2008) discute as análises de Patrícia Hill Collins acerca da ausência de autonomia do negro durante a escravidão, sobre o seu corpo e a sua sexualidade. Estes teriam sido construídos a partir do discurso do outro. Nos últimos anos, contrariamente, a mulher negra vem exibindo um corpo politizado, valorizado pelo discurso de resgate a auto-estima negra. Essa investida seria resultado de uma luta anti-racista e anti-sexista a partir de uma busca por autodefinição, primeiro passo para a construção de um ponto de vista crítico (Figueiredo, 2008:242).

Isso quer dizer que as mulheres que se autodefinem como negras recusam serem construídas pelo olhar do outro. É preciso desconstruir para reconstruir uma nova imagem, ou melhor, é preciso assumir o controle da própria imagem; nos ensina Collins (2000)¹⁴⁵.

¹⁴³ Sudbury. (2003: 140-141).

¹⁴⁴ Neusa Santos Souza. (1983:17).

¹⁴⁵ Figueiredo. (2008: 243).

No entanto, segundo Curiel (2002), a heterossexualidade como obrigatoriedade normativa tem sido pouco abordada e analisada pelo movimento de mulheres negras. Por outro lado, a política de identidade tem sido uma das estratégias prioritárias dos grupos coletivos que se dedicam a combater esses sistemas de dominação. Essa política de identidade teria posto alguns dilemas. Se é importante afirmar a negritude como identidade, como uma estratégia necessária para a luta política; por outro lado, afirmar identidades pode reforçar estereótipos e perder de vista as reais causas do racismo. Assim, o debate da diferença e da igualdade se apresenta como um dos dilemas contemporâneos. O postulado da diferença pressupõe reconhecimento e valorização da diferença, essencializando a identidade feminista e/ou racial. Já o postulado da igualdade pressupõe que as diferenças entre homens e mulheres, negros e brancos têm sido construções sociais que criam desigualdades e hierarquias sociais. (Curiel, 2002)

Esse impasse, Nancy Fraser (2001) denomina de dilema do reconhecimento/redistribuição. E para superar esse impasse, a autora propõe uma política de redistribuição transformativa. Essa política seria capaz de reduzir a desigualdade social sem criar grupos estigmatizados, promovendo solidariedade e reciprocidade nas relações de reconhecimento, dessubstancializando a diferenciação. Sendo assim, uma abordagem voltada para a revisão das injustiças redistributivas pode ajudar a solucionar injustiças de reconhecimento.

Outra contribuição importante acerca da política contemporânea que vincula reconhecimento e identidade é a de Charles Taylor (2000).

Nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível¹⁴⁶.

Nessa perspectiva, o reconhecimento errôneo ou o não reconhecimento pode ser uma forma de opressão, que aprisiona e distorce o outro. Dessa maneira, pode-se fazer analogias em relação às mulheres e aos negros. No primeiro caso, algumas feministas afirmam que as mulheres foram induzidas nas sociedades

¹⁴⁶ Ver Taylor. (2000: 241).

patriarcais a internalizar imagens depreciativas e inferiores de si mesmas. No segundo caso, a sociedade branca produziu por gerações imagens depreciativas e inferiores dos negros, e esses adotam esses estereótipos, construindo uma autodepreciação.

Para Taylor (2000), a autodepreciação da população negra vem sendo um dos mais fortes instrumentos de sua opressão. A ausência do reconhecimento não se limita à falta de respeito, pode também aprisionar suas vítimas, promovendo um ódio por si mesmo. O autor ainda acrescenta que o reconhecimento não é uma concessão, mas uma necessidade humana vital. A democracia introduziu uma política de reconhecimento que exige igualdade de status de cultura e de gêneros¹⁴⁷. É nessa perspectiva que o movimento feminista e o movimento negro são movidos pela premissa de que negar o reconhecimento pode ser uma forma de opressão.

As organizações negras seguem essa premissa e têm como objetivo resgatar e reforçar a identidade negra como um reconhecimento das heranças culturais até o momento negadas e desprezadas. A mulher negra, nessa perspectiva, tem sua auto-estima mutilada por valores estéticos, representações e simbologias da cultura branca dominante.

Contudo, é imprescindível compreender as relações e as tensões entre o movimento negro, o movimento feminista e o movimento de mulheres negras. Lemos¹⁴⁸ (1997) cita o relato de uma militante negra que aponta como o maior problema do movimento feminista a ausência de questões sobre mulheres negras, que estaria ligado ao fato de o feminismo “tradicional” ou ocidental nunca ter discutido o racismo.

Por outro lado, quando as mulheres negras questionavam suas especificidades no seio do movimento feminista tradicional, as feministas diziam que estas queriam dividir o movimento e que a questão era a opressão de gênero. Lemos (1997) acrescenta que existiam prioridades básicas para a mulher negra e que estas estavam associadas à sexualidade e à busca de melhoria de qualidade de vida, como o direito às creches. Essas reivindicações foram criticadas no movimento feminista porque não eram essenciais para as feministas brancas.

¹⁴⁷ Ib., Id., p. 242 - 243.

¹⁴⁸ Ver Lemos. (1997:57).

Como a autora salientou, a maioria das babás era composta por mulheres negras. Portanto, as diferenças econômicas e sociais, as questões ligadas ao trabalho e a sexualidade mereceriam um tratamento diferenciado no feminismo. As mulheres negras acabaram, então, negando o rótulo de feministas. Elas “*entendiam que as suas bandeiras eram bandeiras de um movimento de mulheres e não uma luta feminina*”¹⁴⁹.

A organização atual de mulheres negras com expressão coletiva passou a adquirir visibilidade política no campo feminista especificamente a partir do III Encontro Latino-Americano Feminista em Bertioga, no ano de 1985. Lemos (1997)¹⁵⁰ revela que durante a década de 80 diversas organizações de mulheres negras surgiram, apresentando uma alternativa ao feminismo, mais abrangente, pois essas organizações buscavam dizer a respeito a todas as mulheres, independentemente de sua origem étnica e social. A autora cita a fala de Jurema Werneck, fundadora e coordenadora da organização Criola, que expressa a principal diferença entre o feminismo negro e o não negro (ou tradicional).

O feminismo original não tinha diferenças palpáveis, de classe social, de raça. Só existia a questão de gênero. Não encarou de frente esses conflitos que existiam por essas diferenças, então o discurso racial, o feminismo negro encarna o discurso racial. É um feminismo que fala dessa coisa de ser mulher negra, acho que isto é a principal diferença, quer dizer, que define todo o resto. E a inserção da negra no mundo, na sociedade brasileira vai provocar todas as outras diferenças subseqüentes¹⁵¹.

Algumas feministas, por acreditarem que a questão maior da mulher era a opressão masculina, consideraram que o feminismo negro representava uma oposição a elas, e não uma forma de mostrar uma sociedade múltipla etnicamente. Esse feminismo negro em construção buscou explicitar a opressão vivida pelas mulheres negras devido à ideologia racista inferiorizante, incorporada nas relações sociais. Lemos revela que talvez as feministas brancas não fossem contrárias às organizações de mulheres negras, mas elas não queriam ou não estavam preparadas para discutir o racismo e o poder. Essa postura do feminismo

¹⁴⁹ Ib., Id., p. 64-65.

¹⁵⁰ Ib., Id., p. 118.

¹⁵¹ Ib., Id., p. 119-120.

tradicional reproduz a idéia de que o racismo só diz respeito aos negros – nesse caso, somente às mulheres negras – e não à sociedade como um todo.

O feminismo negro brasileiro teria como desafio desenvolver bases teóricas que respondessem à construção de uma identidade para as mulheres e que operasse, simultaneamente, no combate ao racismo, ao sexismo e ao patriarcalismo. Sebastião (2010) considera que o feminismo negro no Brasil é um movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social. A autora ainda acrescenta que o feminismo negro é ancorado na raça e cita fala de duas ativistas e intelectuais brasileiras. De um lado, Jurema Werneck, uma das fundadoras e coordenadoras da Criola/RJ, revela que é a raça que define o modo de ser da mulher negra e do homem negro. De outro lado, Sueli Carneiro, uma das fundadoras do Geledés/SP, aponta para a importância central de compreender os efeitos do racismo no cotidiano das mulheres para a apreensão da intersecção entre gênero e raça (Sebastião, 2010:71).

Segundo Sebastião (2010), as desigualdades raciais e de gênero delimitam o campo de atuação das organizações de mulheres negras. Essas organizações são espaços construídos por meio da mobilização de mulheres no contexto do feminismo negro e do combate permanente ao racismo.

É justamente nesse quadro desfavorável, a partir dessa condição de desvantagem, que as mulheres negras vêm desenvolvendo estratégias capazes de disputar com os diferentes segmentos sociais as possibilidades de (auto)definição e representação. Em busca de construir um olhar sobre as mulheres negras que não as posicione simplesmente como vítimas, esse trabalho procura compreendê-las em suas dimensões de sujeito de discursos e de protagonistas políticas. Pretende-se, então, analisar como essas mulheres negras se autodefinem, refletem, descrevem e teorizam sobre seu próprio trabalho e atuação política.

O Movimento de Mulheres Negras é mais intelectualizado, como o Movimento Feminista tem uma preocupação com a formulação de conceitos, de teoria a partir da prática, eu acho que o Movimento de Mulheres Negras tem mais essa perspectiva de teorização¹⁵².

¹⁵² Trecho da entrevista com a ativista Luiza, ex-integrante do Geledés. Entrevista concedida para esta pesquisa, realizada 12 de novembro de 2009.

É uma força política, foram as mulheres negras organizadas que transformaram o Movimento Negro no Brasil. As conquistas mais significativas foram feitas por nós mulheres negras, os companheiros, não. Deveriam nos render graças¹⁵³.

Um exemplo das formas de atuação política das mulheres negras foi a criação da Articulação das Mulheres Negras Brasileiras. Esta surgiu no contexto da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada na África do Sul, em Durban, em 2001. Essa articulação surgiu a partir de um Seminário Nacional, coordenado pelas organizações Geledés/SP; Criola/RJ; Maria Mulher/RS, que reuniu representantes de cerca de 20 organizações de mulheres negras de várias regiões do Brasil¹⁵⁴. A articulação inicia o trabalho de produção de propostas e diagnósticos acerca do racismo e das desigualdades raciais e de gênero na sociedade brasileira, com a pretensão de contribuir para a transformação das relações de poder e para a afirmação e inclusão de segmentos sociais historicamente excluídos, como é o caso da mulher negra.

Ao pesquisar os relatórios e informativos produzidos pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), percebemos a presença de sugestões e discussões acerca da interseccionalidade. Com proposições amplas que pretendem incluir todos e todas; os textos produzidos pela AMNB propõem que a luta a ser travada é contra o racismo, a homofobia, a injustiça de gênero, etc, entrelaçando essas questões. O processo de mobilização para a III Conferência de Durban, com seminários e fóruns estaduais em prol de uma representação política, foi fruto de disputas e tensões internas. A articulação de ONGs de mulheres negras, formada por mais de 20 ONGs, foi se fortalecendo ao longo do processo até se tornar protagonista do evento.

A participação política das mulheres negras pode ser percebida também nas lutas políticas gerais, tanto no movimento social, negro, feminista, sindical,

¹⁵³ *Ib.*, *Id.*

¹⁵⁴ Organizações integrantes: AMMA Psique e Negritude/SP; Caces – Centro de Atividades Culturais, Econômicas/RJ; Casa da Mulher Catarina/SC; CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará; Coletivos de Mulheres Negras Esperança Garcia/PI; Coordenação da Articulação de Comunidades Remanescentes de Quilombos/MA; Quilombo Conceição das Criolas/PE; ACMUN- Associação Cultural de Mulheres Negras/RS; Criola/RJ; ELEEKO/RJ; Fala Preta/SP; Geledés/SP; Grupo de Mulheres Negras Malunga/GO; IMENA/Amapá; IROHIM/DF; Kilombo/RN; Mãe Andreza/MA; Maria Mulher/RS; Nzinga/MG; SACI – Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania/SE. Ver: informativo Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, Edição nº1, Rio de Janeiro, maio de 2003.

etc. Do mesmo modo, a partir de 1999, na atuação nos Conselhos da Mulher e no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Lúcia Xavier, 2001:33)

A ação política das mulheres negras não só foi um passo importante para dar visibilidade às situações de miséria e opressão a que elas estavam submetidas, mas também para por fim ao estigma e à vitimização que sempre fizeram parte de sua representação social ao longo de nossa história.¹⁵⁵

Kia Caldwell (2007), em seu livro “Negras in Brazil”, revela que mulheres negras brasileiras de diferentes classes sociais e orientação política conquistaram autorepresentação no movimento de mulheres negras que emergiu em um contexto autoritário de política de repressão e de abertura política, entre as décadas de 70 e 80. O Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso das Mulheres Brasileiras, em julho de 1975, marcou o primeiro reconhecimento formal da questão racial no movimento de mulheres no Brasil (Caldwell, 2007:150-152).

Para autora, o coletivo de mulheres negras tem sido fundamental, desafiando o racismo e sexismo, e estimulando uma reconceituação do significado de democracia e cidadania no Brasil.

By calling attention to the existence of Black women as a social and political force, the movement has made a major contribution to the demystification of racism and sexism and to the reconstruction of black women’s identities¹⁵⁶.

As organizações de mulheres negras representam um espaço de reconstituição de identidade e de defesa de seus interesses. Essa especificidade de questões que as mulheres negras carregam pretende promover uma ampliação de direitos na sociedade, como também combater a opressão de gênero, de classe e racial. Sueli Carneiro (1993) revela que a ação política das mulheres negras se traduz na dupla militância, “*porque somos mulheres e negras*”. O racismo e o sexismo devem ser elementos estruturantes na definição de qualquer projeto de sociedade justa¹⁵⁷. O movimento e organizações de mulheres negras têm lutado contra esses elementos estruturantes.

¹⁵⁵ Informativo Nós, Mulheres Negras. Diagnóstico e Proposta da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo. Brasil, maio de 2001:33.

¹⁵⁶ Caldwell. (2007: 175-176).

¹⁵⁷ Carneiro. (1993: 10-11).

As organizações de mulheres negras denunciam as condições de vulnerabilidade que essas mulheres vêm enfrentando enquanto que, paralelamente, têm buscado utilizar estratégias que enfrentem o racismo, o sexismo e a opressão de classe conjuntamente, para conquistar direitos. Nesse sentido, as mulheres negras saem de uma posição de anonimato, tornam-se interlocutoras das suas próprias questões e se afirmam como sujeitos políticos. Essas questões serão desenvolvidas no próximo capítulo.